

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Ana Vitória da Silva Santos

CONTRIBUIÇÃO DA CARTILHA DO LEVANTE POPULAR
NA FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE:
AUTONOMIA E DEMOCRACIA EM FOCO

Mariana
2025

ANA VITÓRIA DA SILVA SANTOS

CONTRIBUIÇÃO DA CARTILHA DO LEVANTE POPULAR
NA FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE:
AUTONOMIA E DEMOCRACIA EM FOCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharela em Jornalismo pela Universidade
Federal de Ouro Preto.

Orientador: Prof. Ricardo Augusto Orlando

Mariana
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237c Santos, Ana Vitoria Da Silva.

Contribuição da cartilha do levante popular na formação política da juventude [manuscrito]: autonomia e democracia em foco. / Ana Vitoria Da Silva Santos. - 2024.

62 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Augusto Orlando Orlando.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Comunicação. 2. Cartilhas. 3. Movimentos sociais. I. Orlando, Ricardo Augusto Orlando. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter de Sousa - CRB6/1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Vitória da Silva Santos

Contribuição de cartilhas do Levante Popular na formação política da juventude

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Jornalismo

Aprovada em 5 de setembro de 2025.

Membros da banca

Prof. Dr. Ricardo Augusto Silveira Orlando - Orientador, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Cléber Daniel Lambert da Silva - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Dra. Hila Bernardete Silva Rodrigues - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Ricardo Augusto Silveira Orlando, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 9/12/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Augusto Silveira Orlando, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/12/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/_controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1028671** e o código CRC **4BE2948A**.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus e aos meus Orixás pela força espiritual e proteção ao longo dessa jornada. Agradeço também aos meus pais, Divina e Francisco, pelo apoio incondicional e por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos desta trajetória.

Expresso minha profunda gratidão ao professor Dr. Ricardo Augusto, por sua orientação dedicada, zelo e carinho, elementos fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico. Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) pela qualidade de ensino que me foi proporcionada, bem como ao Departamento de Jornalismo, que me ensinou a prática de um jornalismo ético, responsável e diversificado.

Aos meus amigos, que me ofereceram apoio e incentivo durante toda essa fase, sou imensamente grata. Agradeço também ao Levante Popular da Juventude, por me proporcionar uma visão profunda sobre a luta por igualdade de classe, através de seu trabalho de base, que me fez compreender a importância do engajamento social.

Agradeço à República Arte & Manha, que foi meu lar durante toda a graduação, e ao Luiz Wagner, Juan Carlos e João Victor Fernandes, que me ofereceram suporte nos momentos mais importantes desta caminhada.

Por fim, sou grato ao Dr. Douglas Fávero, cujas conversas e compartilhamento de conhecimentos foram essenciais para que eu conseguisse concluir este trabalho.

RESUMO

Nas últimas décadas, a juventude consolidou-se como sujeito político central nas lutas sociais brasileiras, protagonizando mobilizações contra desigualdades estruturais e por transformações democráticas. Nesse contexto, o Levante Popular da Juventude se destaca ao combinar ação direta, produção cultural e processos formativos voltados à construção de um projeto popular de país. Este trabalho analisa duas cartilhas produzidas pelo movimento — *Emerson Pacheco e Agora é Nossa Vez!* — como instrumentos de formação política, comunicação popular e mobilização juvenil. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota a análise documental como técnica central, estruturada em três dimensões interpretativas: político-ideológica; socioeducacional e comunicacional; e identitária e de ação coletiva. Os resultados indicam que a cartilha *Emerson Pacheco* privilegia a identidade de classe, a fundamentação teórica da militância e referências históricas e ideológicas, enquanto *Agora é Nossa Vez!* explora uma linguagem visual, direta e performativa, com ênfase em pautas interseccionais e na mobilização juvenil em contexto pós-bolsonarista. Conclui-se que ambas contribuem para articular educação crítica, comunicação popular e construção de subjetividades insurgentes, reafirmando o papel pedagógico e político das cartilhas na disputa de narrativas, identidades e sentidos.

Palavras-chave: Juventude; Movimentos sociais; Comunicação popular; Formação política; Levante Popular da Juventude

ABSTRACT

In recent decades, youth has consolidated itself as a central political actor in Brazilian social struggles, leading mobilizations against structural inequalities and for democratic transformations. In this context, the Levante Popular da Juventude stands out by combining direct action, cultural production, and formative processes aimed at building a popular project for the country. This study analyzes two booklets produced by the movement — *Emerson Pacheco* and *Agora é Nossa Vez!* — as instruments of political education, popular communication, and youth mobilization. The research, qualitative in nature, employs documentary analysis as its main technique, structured around three interpretative dimensions: political-ideological; socio-educational and communicational; and identity-based and collective action. The results indicate that the *Emerson Pacheco* booklet emphasizes class identity, the theoretical foundation of militancy, and historical and ideological references, while *Agora é Nossa Vez!* employs a visual, direct, and performative language, with emphasis on intersectional agendas and youth mobilization in the post-Bolsonaro context. It is concluded that both contribute to articulating critical education, popular communication, and the construction of insurgent subjectivities, reaffirming the pedagogical and political role of the booklets in the dispute over narratives, identities, and meanings.

Keywords: Youth; Social movements; Popular communication; Political education; Levante Popular da Juventude.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vista parcial do acampamento da Fazenda Annoni	14
Figura 2. Delegados na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) – 1981	16
Figura 3. Capa da edição nº 1248 da revista Veja -1992.....	18
Figura 4. Jovem com rosto pintado e inscrição “Fora Collor”: símbolo da mobilização estudantil dos anos 1990.....	19
Figura 5. Vertentes que estruturam a identidade e o método político-pedagógico do Levante Popular da Juventude	28
Figura 6. Comunicação insurgente no site oficial do Levante Popular da Juventude	33
Figura 7. Escracho como forma de denúncia e memória coletiva promovida pelo LPJ.....	34
Figura 8. Meme do LPJ com crítica ao modelo de trabalho 6x1 e à desigualdade fiscal	35
Figura 9. Card de mobilização contra os ataques imperialistas e a guerra ao Irã.....	36
Figura 10. Capa da cartilha “Emerson Pacheco”.....	38
Figura 11. Capa da Cartilha “Agora é Nossa Vez”.....	45
Figura 12. Nuvem de palavras feita a partir da cartilha “Agora é nossa vez”.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Ferramentas comunicativas utilizadas pelo Levante Popular da Juventude	33
Quadro 2. Metáforas e recursos simbólicos utilizados na cartilha	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A JUVENTUDE NO BRASIL.....	13
2.1. Breve histórico dos movimentos sociais pós-ditadura.....	13
3 COMUNICAÇÃO POPULAR E JUVENTUDE.....	21
3.1 Comunicação popular e comunicação humanitária	21
3.2 Paulo Freire: diálogo, autonomia e conscientização.....	22
3.3 Pedagogia da comunicação popular e comunitária	24
4 LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE: ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO	27
4.1 Breve histórico do movimento	27
4.2 Estratégias comunicativas: linguagens, ferramentas e territorialidade juvenil	29
5 AS CARTILHAS.....	37
5.1 Cartilha “Emerson Pacheco”	38
5.2 Cartilha “Agora é nossa vez!”	44
5.2.1 Dimensão político-ideológica.....	48
5.2.2 Dimensão socioeducacional e comunicacional.....	49
5.2.3 Dimensão identitária e de ação coletiva.....	51
5.3 Comparativo entre as cartilhas	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Em 2022, segundo dados do Censo Demográfico, o Brasil possuía aproximadamente 45,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, correspondendo a 22,3% da população total (IBGE, 2024a). No ano seguinte, a PNAD Contínua apontou que mais de 71% dos jovens que não estudavam nem trabalhavam estavam fora da força de trabalho, sendo que 3,6 milhões eram mulheres negras e pardas, evidenciando um impacto desproporcional dessa desigualdade (IBGE, 2024b).

A juventude deve ser compreendida como uma construção histórica, social e cultural, marcada por multiplicidades e transformações. Conforme Silva *et al.* (2021), os conceitos de adolescência e juventude não são categorias naturais ou universais, mas sim produções históricas que variam conforme o contexto social e epistemológico em que são abordadas. A juventude, nesse sentido, ultrapassa a concepção linear de “fase de transição” e se configura como um tempo de experiências, vivências e subjetividades próprias (Silva *et al.*, 2021).

Silva *et al.* (2021) ressaltam a importância de superar visões naturalizantes e desenvolvimentistas, propondo uma abordagem crítica e contextualizada que valorize as formas diversas de ser jovem, reconhecendo os jovens como atores sociais atravessados por gênero, classe, raça, território e cultura. Ao se recusar a reduzir a juventude a um padrão homogêneo, abre-se espaço para práticas significativas de escuta, formação e mobilização.

Ademais, a participação política juvenil na contemporaneidade demanda ser compreendida para além dos moldes institucionais tradicionais, como o voto ou a filiação partidária. Conforme analisam Sposito *et al.* (2021), os jovens têm redefinido suas formas de engajamento político a partir de experiências plurais e contextuais, que se manifestam tanto em espaços formais quanto informais, como nas redes sociais, nas ocupações escolares, nos coletivos culturais e em ações comunitárias.

Sposito *et al.* (2021) destacam que, especialmente entre jovens das camadas populares e médias, a ação política adquire sentidos diversos ao longo dos ciclos de vida, desde a adolescência até a juventude adulta e está fortemente marcada pelas vivências territoriais, pelas desigualdades estruturais e pela busca por reconhecimento. Ao dar voz às percepções desses sujeitos sobre sua atuação na esfera pública, os autores evidenciam que a militância contemporânea é muitas vezes fragmentada, espontânea, mas profundamente significativa, pois reflete resistências cotidianas e formas alternativas de construção da cidadania.

Historicamente, os jovens protagonizaram movimentos marcantes da vida política nacional. Conforme evidenciam Miné e Brito (2020), os movimentos sociais no Brasil

configuram-se como expressões históricas de resistência popular frente às desigualdades políticas, econômicas e culturais, sendo protagonizados por diferentes grupos sociais, com destaque para a juventude. A análise dos autores indica que, desde os movimentos operários e educacionais do século XX até as recentes mobilizações estudantis, os protestos populares têm funcionado como catalisadores de transformações significativas na sociedade brasileira. O movimento Diretas Já, as manifestações contra a ditadura militar, o movimento pelo impeachment de Collor dos “caras-pintadas” e as greves estudantis são citados como exemplos emblemáticos da força coletiva capaz de alterar os rumos políticos do país.

Diante desse cenário, em contextos de intensa polarização política e crises democráticas, a formação política da juventude torna-se um eixo estratégico para os movimentos sociais que almejam a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e participativa. Sob essa perspectiva, o Levante Popular da Juventude (LPJ) surge como um importante movimento social brasileiro que articula jovens de diferentes regiões, classes sociais e identidades em torno de pautas como soberania popular, democratização da política, combate às opressões e justiça social. Criado em 2006, durante o Acampamento Sepé Tiaraju, realizado em São Gabriel (RS). Sua fundação resultou da articulação de militantes de organizações populares, sindicatos, pastorais, coletivos culturais e movimentos estudantis, vinculados à Consulta Popular e ao MST. A experiência contou também com forte influência da Via Campesina, movimento internacional que reúne organizações campesinas, indígenas e de trabalhadores rurais em defesa da reforma agrária e da soberania alimentar. Inspirado pelas experiências do Fórum Social Mundial e pelas lutas travadas no campo da educação e dos direitos sociais, o Levante consolidou-se como uma das principais expressões da juventude organizada no Brasil (Freitas, 2021; Teixeira, 2023).

Compreende-se que o Levante tem se consolidado como uma organização com forte presença nos territórios urbanos e periféricos, atuando tanto nas ruas quanto nos espaços digitais e educativos. Uma de suas principais estratégias é a formação política de base, realizada por meio de atividades presenciais, intervenções culturais, ações diretas e, sobretudo, pela produção de materiais didáticos, como cartilhas políticas que dialogam com a realidade da juventude e incentivam o engajamento crítico e coletivo.

Nesse contexto, as cartilhas produzidas pelo LPJ exercem funções pedagógicas e políticas significativas, configurando-se como instrumentos de comunicação popular voltados à formação crítica e à mobilização coletiva. Tais materiais integram uma tradição pedagógica inspirada nos princípios da educação popular freiriana, que compreende o processo educativo como prática dialógica, enraizada na realidade concreta dos sujeitos e orientada à

emancipação social (Freire, 1996). As cartilhas analisadas — “Emerson Pacheco”¹ (2016) voltada à formação de quadros políticos, e “Agora é Nossa Vez!” (2016; atualizada em 2023), direcionada à mobilização nas eleições municipais — articulam linguagem acessível, referências culturais e elementos gráficos que buscam dialogar diretamente com a juventude das periferias urbanas. Esta pesquisa propõe analisar como esses materiais operam na disputa por hegemonia no campo simbólico e político, convocando os jovens à leitura crítica da realidade e ao engajamento em práticas transformadoras.

Diante disso, tem-se a seguinte problemática: De que modo o LPJ utiliza suas cartilhas como ferramenta de formação política, promovendo autonomia e engajamento crítico entre jovens das periferias urbanas?

A presente pesquisa pretende contribuir, no campo social, no debate dos mecanismos de exclusão que atingem a juventude brasileira, especialmente no cruzamento entre desigualdade racial, de gênero e de classe. Ao analisar materiais formativos produzidos por movimentos sociais, como as cartilhas do LPJ, o estudo visa reconhecer esses instrumentos como estratégias pedagógicas que potencializam formas alternativas de participação política. No âmbito acadêmico, a investigação busca dialogar com os campos da comunicação popular, da educação emancipadora e dos estudos sobre juventude, ampliando a discussão sobre processos formativos não escolares. Do ponto de vista profissional, o trabalho se propõe a subsidiar práticas educativas e políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da juventude, com foco na formação de sujeitos críticos e engajados com a transformação social.

Isto posto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o conteúdo e os sentidos político-pedagógicos das cartilhas “Emerson Pacheco” e “Agora é Nossa Vez！”, produzidas pelo LPJ, à luz da comunicação popular e da educação crítica.

Para alcançar tal finalidade, propõe-se, como objetivos específicos: i) compreender a abordagem de juventude e formação política presente nas cartilhas; ii) identificar as estratégias comunicativas utilizadas para mobilização e conscientização e; iii) refletir sobre o papel das cartilhas como ferramentas de resistência e disputa de narrativas no campo político.

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008), a abordagem qualitativa permite analisar significados e sentidos atribuídos por sujeitos e movimentos sociais às suas práticas, o que a torna adequada para estudos que envolvem processos formativos e comunicacionais. A

¹ A cartilha *Emerson Pacheco* recebe esse nome em homenagem a Emerson Pacheco, militante do movimento estudantil e da juventude brasileira, assassinado em 2015, em Recife (PE), durante a repressão a uma manifestação popular. Estudante e ativista, ele se destacou na luta por direitos sociais e justiça, tornando-se símbolo da resistência juvenil e da memória das mobilizações populares (Oliveira, 2019).

principal técnica empregada é a análise documental, voltada ao exame de registros textuais e simbólicos produzidos em contextos específicos. Neste caso, o objeto de investigação são as cartilhas “Emerson Pacheco” (2016) e “Agora é Nossa Vez!” (2016; atualizada em 2023), interpretadas a partir de três dimensões: político-ideológica; socioeducacional e comunicacional; e identitária e de ação coletiva. Essa escolha metodológica busca compreender como os materiais produzidos pelo Levante Popular da Juventude expressam concepções de formação política, estratégias comunicativas e disputas simbólicas no campo social (Alexandre, 2021).

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A JUVENTUDE NO BRASIL

2.1. Breve histórico dos movimentos sociais pós-ditadura

Após o fim da ditadura militar no Brasil (1964–1985), o país ingressou em um novo ciclo político marcado pela redemocratização e pelo reconhecimento dos direitos civis e sociais, consolidados na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A chamada “Constituição Cidadã”² representou um marco legal e simbólico para os movimentos sociais, ao garantir a liberdade de expressão, a organização coletiva e a participação popular na vida política nacional. Este novo cenário impulsionou o surgimento de uma diversidade de movimentos, que passaram a atuar com maior legitimidade e visibilidade nas arenas públicas (Moraes, 2022).

Entre os principais movimentos que surgiram ou se fortaleceram nesse contexto estão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, que se tornou um dos maiores e mais articulados movimentos sociais da América Latina, reivindicando reforma agrária e justiça social no campo (Machado, 2024).

De acordo com Lauer (2022), a ocupação da Fazenda Annoni, realizada em 29 de outubro de 1985, no Rio Grande do Sul, constitui-se como um marco histórico na trajetória do MST e, mais amplamente, na história dos movimentos sociais no Brasil pós-ditadura. Com a participação de mais de 1.500 famílias, essa ação simbolizou a luta pela reforma agrária, bem como a emergência de um novo sujeito coletivo articulado nacionalmente em torno da defesa do direito à terra. O impacto da ocupação extrapolou os limites territoriais da fazenda: ao escolher um latifúndio improdutivo de propriedade do INCRA como alvo, o MST evidenciou a contradição entre a função social da terra prevista na Constituição de 1988 e a manutenção de grandes extensões improdutivas (Brasil, 1988). A ação também representou uma inflexão estratégica no campo da mobilização popular, consolidando o movimento como uma referência na organização de base, na resistência e na formação política de seus militantes. Nesse sentido, a ocupação da Fazenda Annoni tornou-se um marco fundacional, projetou o MST no cenário nacional (Lauer, 2022).

² A expressão *Constituição Cidadã* foi popularizada pelo então deputado federal Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, ao promulgar a nova Carta Magna do Brasil em 5 de outubro de 1988. O termo reflete o caráter democrático e participativo do texto constitucional, que incorporou direitos civis, sociais, políticos e trabalhistas ampliados, após mais de duas décadas de regime militar (Barrientos-Parra; Lunardi, 2020).

A imagem da Figura 1 revela a dimensão coletiva e familiar do MST, destacando a presença de homens, mulheres e crianças em um contexto de organização popular e reivindicação por direitos.

Figura 1. Vista parcial do acampamento da Fazenda Annoni



Fonte: Lauer (2022)

A disposição dos barracos ao fundo mostra tanto a precariedade das condições materiais enfrentadas pelos trabalhadores quanto a capacidade de mobilização e articulação coletiva em torno da luta pela reforma agrária e acesso à terra (Souza, 2020). Ao mostrar a dimensão territorial da resistência, a imagem ajuda a compreender como a experiência dos acampamentos ultrapassa a condição material de moradia provisória e se converte em espaço de formação política, solidariedade e construção de identidades coletivas.

Simultaneamente, o movimento sindical também se reestruturou, com destaque para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, que articulava lutas por melhores condições de trabalho, salários justos e políticas públicas voltadas para a classe trabalhadora urbana. A criação da CUT representou um marco na história do sindicalismo brasileiro, ao consolidar uma entidade nacional autônoma em relação ao Estado e aos empregadores, rompendo com o modelo corporativista herdado do período Vargas e intensificado durante a ditadura militar (Coelho, 2021). Sua fundação foi precedida por intensas mobilizações grevistas, especialmente no ABC Paulista, entre 1978 e 1980, lideradas por trabalhadores da indústria metalúrgica, como Luiz Inácio Lula da Silva, e que colocaram em evidência a força da organização operária.

De acordo com Carvalho e Bicev (2021), a CUT estruturou-se como uma expressão de sindicalismo de base, classista e democrático, caracterizado pela valorização da participação direta dos trabalhadores e pela autonomia frente ao Estado. Segundo os autores, esse modelo sindical teve atuação destacada durante o processo de redemocratização, especialmente na campanha pelas Diretas Já, e contribuiu para a consolidação de direitos no texto constitucional de 1988, como a liberdade sindical, a ampliação de garantias trabalhistas e previdenciárias, e o fortalecimento da negociação coletiva.

Nesse contexto, a educação popular foi integrada de forma estratégica às práticas de organização da classe trabalhadora, servindo como alicerce teórico e metodológico para a formação política dos militantes sindicais. Inspiradas na pedagogia crítica de Paulo Freire, experiências como as Quartas Freirianas³ promoviam encontros formativos que articulavam reflexão política e ação transformadora (Coelho, 2021). Como destaca Freire (1996, p. 42), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, reafirmando que a consciência crítica surge da vivência concreta das opressões. A incorporação dessas práticas no seio do movimento sindical fortalecia a autonomia dos sujeitos e ampliava a capacidade de intervenção política da classe trabalhadora (Oliveira, 2020)

A Figura 2, a seguir, retrata um dos momentos da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), evento que antecedeu a fundação da CUT e simboliza a articulação da classe trabalhadora em torno de pautas urgentes no processo de redemocratização do Brasil.

³As Quartas Freirianas foram encontros formativos organizados pelo Instituto Paulo Freire, realizados semanalmente em São Paulo a partir da década de 1990. Os eventos reuniam educadores, militantes sociais e pesquisadores para debater temas relacionados à educação popular, cidadania, direitos humanos e transformação social, à luz da obra de Paulo Freire. Esses espaços se consolidaram como práticas de formação crítica, diálogo coletivo e construção de saberes engajados com os desafios contemporâneos (Coelho, 2021).

Figura 2. Delegados na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) – 1981



Fonte: CUT (2019)

A faixa ao fundo, com a inscrição “CONCLAT – Contra o salário de fome!”, expressa a centralidade das reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, revelando a insatisfação com a política salarial vigente e a mobilização coletiva para a conquista de direitos. Realizada entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande (SP), a Conclat reuniu mais de 5 mil delegados sindicais de diversas categorias e correntes políticas, configurando-se como um marco histórico na retomada da autonomia sindical. A fotografia permite visualizar como a mobilização popular extrapolou o campo das reivindicações econômicas imediatas e se articulou como projeto político mais amplo, dialogando com o ideário da comunicação popular e com a construção de práticas formativas que associam luta social, consciência crítica e produção de sentidos coletivos.

Paralelamente, o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, consolidou sua atuação em defesa da igualdade racial, enfrentando o racismo estrutural e pautando a inclusão de ações afirmativas nas políticas públicas (Costa *et al.*, 2025). Costa *et al.* (2025) apontam que o MNU constitui-se como um dos principais marcos da luta antirracista no Brasil, sendo responsável por articular, de forma coletiva e politicamente estruturada, as reivindicações por igualdade racial e reconhecimento social da população negra. No mesmo compasso, os movimentos feministas se ampliaram, articulando-se a partir das discussões da Assembleia Constituinte e lutando pela equidade de gênero, pelo direito ao aborto legal, e pelo enfrentamento à violência contra a mulher (Facchini *et al.*, 2020).

Outro campo de mobilização relevante foi o das organizações indígenas, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), fundada em 1989, que passou a reivindicar a demarcação de terras, a preservação das culturas originárias e o acesso a políticas públicas específicas. O movimento ambientalista também ganhou força, especialmente com a fundação de ONGs e redes como o Instituto Socioambiental (ISA), em 1994, que uniam pautas ecológicas à defesa de direitos humanos. Nos centros urbanos, os movimentos de moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), passaram a ocupar espaços políticos e territoriais, articulando reivindicações por habitação digna, urbanização de favelas e justiça urbana. Todos esses movimentos, ainda que com pautas distintas, compartilham uma matriz comum: o enfrentamento às desigualdades estruturais herdadas do período autoritário (Santos; Barbosa, 2022).

A participação da juventude na vida política brasileira remonta a momentos importantes da história nacional, tendo ganhado especial visibilidade durante a ditadura civil-militar (1964–1985) (Quinalha, 2020). Nesse período, estudantes secundaristas e universitários, organizados por meio de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), assumiram um papel central na resistência ao regime autoritário. Conforme Lima *et al.* (2023), apesar das tentativas do governo militar de controlar e instrumentalizar a juventude por meio de políticas culturais e educacionais que a enquadrasssem como força produtiva disciplinada, diversos segmentos juvenis se insurgiram como sujeitos políticos ativos. Atos públicos, greves estudantis, passeatas e confrontamentos com as forças de repressão foram estratégias amplamente empregadas para denunciar a censura, reivindicar a redemocratização e afirmar direitos sociais e educacionais. A atuação dos jovens nesse contexto não apenas rompeu com o projeto estatal de despolitização da juventude, como também consolidou sua presença histórica nos processos de transformação política no país.

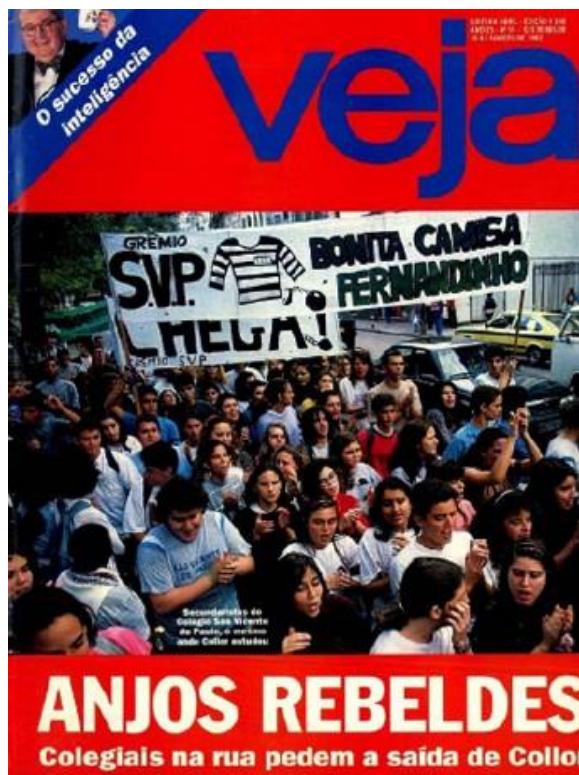
No início dos anos 1990, novas formas de mobilização juvenil passaram a se articular em um contexto de redemocratização já consolidada. O movimento dos “Caras-Pintadas” emergiu como expressão pública desse processo, ganhando notoriedade durante o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. A mobilização foi caracterizada pela ocupação do espaço público e pelo uso estratégico de símbolos midiáticos, como os rostos pintados, mas também por sua capacidade de articulação com entidades representativas como a UNE e a UBES. O apoio de setores organizados da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e centrais sindicais, contribuiu para ampliar a legitimidade

política do movimento e evidenciar a juventude como ator coletivo relevante nas disputas institucionais do período.

Na obra de Coelho (2021), no entanto, essa mobilização é analisada sob uma ótica crítica, que refuta a ideia de uma participação espontânea da juventude. Para a autora, o movimento foi politicamente articulado e midiaticamente construído, com forte protagonismo das organizações estudantis e influência direta da imprensa, que moldou a imagem pública dos jovens como sujeitos éticos, pacíficos e apolíticos. Assim, embora os estudantes tenham ocupado um lugar de visibilidade, Coelho (2021) argumenta que a juventude não atuou de forma autônoma, mas inserida em uma lógica mais ampla de coalizões políticas e estratégias institucionais.

A Figura 3 ilustra a capa da revista Veja de 19 de agosto de 1992, que noticiou pela primeira vez as manifestações estudantis pelo impeachment de Collor.

Figura 3. Capa da edição nº 1248 da revista Veja -1992



Fonte: Veja (1992)

A imagem retrata estudantes do Colégio São Vicente de Paulo e traz o título “Anjos Rebeldes”, metáfora que, segundo Santos *et al.* (2024), suaviza a rebeldia juvenil ao associá-la à inocência e ao engajamento moral. A matéria relaciona os protestos à minissérie Anos Rebeldes e às referências da cultura pop, reforçadas por faixas com o número 171 e imagens

caricatas. A análise dos autores aponta que a Veja homogeneíza a imagem dos manifestantes, enquadrando-os em uma narrativa estética e simbólica que esvazia a complexidade política do movimento.

De acordo com Santos (2021), o sentimento de mobilização vivenciado nos protestos estudantis dos anos 1990 foi, em grande parte, resultado de um acúmulo de tensões sociais e políticas latentes na juventude brasileira. Contrariando a visão veiculada por setores da grande imprensa, que buscavam despoliticizar e desmoralizar as manifestações estudantis, a juventude dos anos 1990 demonstrou profundo engajamento com as pautas democráticas e sociais, herdando o legado de contestação forjado durante a ditadura militar.

Para Santos (2021), a mobilização não foi meramente moralista ou espontânea, mas sim uma resposta radical e articulada às políticas neoliberais que agravavam a desigualdade social e precarizavam a educação pública. Através das entidades estudantis, os jovens canalizaram demandas específicas, como melhores condições de ensino e acesso à universidade para uma luta mais ampla contra um projeto de governo excludente. Assim, o movimento estudantil daquela década se consolidou como força política heterogênea, mas coesa, cujo protagonismo foi essencial para a articulação de uma ação coletiva de impacto nacional.

A Figura 4 apresenta um close de um manifestante com o rosto pintado nas cores da bandeira nacional e a inscrição “Fora Collor”, elemento estético que se tornou ícone da mobilização dos Caras-Pintadas.

Figura 4. Jovem com rosto pintado e inscrição “Fora Collor”: símbolo da mobilização estudantil dos anos 1990



Fonte: Santos *et al.* (2024)

Essa imagem sintetiza o engajamento emocional e simbólico dos jovens, que utilizaram o próprio corpo como espaço de expressão política. Como destaca Butler (1997), o corpo é um lugar de significação política e pode ser mobilizado performaticamente para afirmar identidades, resistir às normas dominantes e instaurar novas possibilidades de discurso. A fotografia demonstra como a juventude mobilizou recursos culturais e visuais para projetar suas demandas na esfera pública, transformando o protesto em linguagem e a identidade estudantil em ferramenta de resistência.

Nesse contexto, a juventude tem protagonizado novas formas de contestação, como as ocupações de escolas estaduais entre 2015 e 2016, que se insurgiram contra políticas de reorganização escolar e revelaram maior autonomia e horizontalidade organizativa. Tais episódios mostram uma juventude crítica, que desafia os moldes tradicionais de representação política e reivindica espaços diretos de decisão sobre o presente e o futuro (Gohn, 2008).

A atuação dos jovens nos movimentos sociais não se limita a uma dimensão espontânea ou episódica. Como argumenta Gohn (2018), os movimentos sociais configuram-se também como espaços de formação política e cidadã, nos quais os sujeitos aprendem a se organizar coletivamente, a ler criticamente a realidade e a intervir nela de forma propositiva. Nesse sentido, os movimentos exercem uma função pedagógica, ao promoverem a educação política informal, baseada na vivência, no diálogo e na construção coletiva de saberes. É nesse terreno que se forjam lideranças, se consolidam identidades coletivas e se produzem novos sentidos de pertencimento e atuação social.

Gohn (2007) reforça que a educação que surge das lutas sociais é baseada na práxis, ou seja, na articulação entre reflexão crítica e ação transformadora, aproximando-se dos princípios da pedagogia freiriana. Nesse sentido, os movimentos sociais promovem processos de educação não formal, compreendidos como práticas sociopolíticas e pedagógicas que se desenvolvem fora do sistema escolar convencional, voltadas à formação cidadã, à autonomia dos sujeitos e à transformação das condições concretas de vida Gohn (2007).

Dessa forma, conforme Santos (2021), o Brasil pós-ditadura testemunhou uma reconfiguração do campo social, marcada pelo protagonismo de movimentos diversos e pela centralidade da juventude na disputa por novos projetos de sociedade. A multiplicidade de vozes e pautas que compõem os movimentos sociais reflete os desafios de uma democracia em construção e aponta para a importância da mobilização coletiva como instrumento de transformação social.

3 COMUNICAÇÃO POPULAR E JUVENTUDE

3.1 Comunicação popular e comunicação humanitária

A comunicação popular tem sido compreendida como uma prática contra-hegemônica que desafia os modelos verticais, centralizados e orientados pelo mercado. Teixeira (2023) a define como processo horizontal, participativo e dialógico, pautado na escuta ativa, nos vínculos comunitários e no protagonismo de sujeitos historicamente marginalizados. Essa concepção, embora recorrente, não é consensual. Rocha (2021), por exemplo, entende a comunicação popular como prática situada nas disputas simbólicas e nas resistências sociais, que surge nos interstícios da mídia hegemônica e dá visibilidade a vozes silenciadas. Para o autor, ela deve ser vista como processo de construção coletiva de sentidos, com caráter político e performativo. Ao mobilizar o conceito de comunicação insubmissa, Rocha (2021) enfatiza que essa prática não é homogênea nem neutra, pois está atravessada por disputas epistemológicas e ancorada nas dinâmicas dos territórios e dos saberes populares.

Nesse contexto, a comunicação popular busca promover trocas simbólicas, estimular a consciência crítica e fortalecer identidades coletivas, articulando-se com perspectivas da educação popular e da pedagogia crítica. Como destacam Zimkovicz *et al.* (2025), essa forma de comunicação ultrapassa a função meramente instrumental, constituindo-se como uma prática formativa enraizada no cotidiano das comunidades, voltada à valorização dos saberes populares e à mobilização social.

Já a comunicação humanitária, embora mais comum em contextos de desastres, conflitos ou emergências, compartilha com a comunicação popular o compromisso ético com os direitos humanos, a justiça social e a solidariedade ativa. Ambas buscam dar visibilidade às injustiças estruturais, mobilizar afetos e ações coletivas, e criar canais para a escuta e o reconhecimento dos sujeitos em situação de vulnerabilidade. Na comunicação humanitária, o foco é frequentemente voltado à resposta imediata e à assistência, enquanto na comunicação popular, a ênfase recai na construção política, educativa e emancipatória de longo prazo (Gousgounis, 2024).

3.2 Paulo Freire: diálogo, autonomia e conscientização

Paulo Freire é uma das referências centrais para compreender os processos de formação política e de comunicação voltados à transformação social no contexto latino-americano. Suas obras oferecem fundamentos teóricos e metodológicos essenciais para analisar práticas educativas e comunicativas que valorizam os saberes populares, a escuta ativa e o protagonismo dos sujeitos historicamente marginalizados (Zimkovicz *et al.*, 2025).

De acordo com Freire:

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando do educador, mas educador-educando com educando-educador. Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos (Freire, 1996, p. 44).

Ao propor a figura do “educador-educando com educando-educador”, Freire rompe com a lógica vertical e autoritária da educação bancária, na qual o conhecimento é visto como um depósito unilateral do educador no educando. Em seu lugar, defende uma relação horizontal e dialógica, em que ambos os sujeitos aprendem e ensinam mutuamente, mediados pelas problemáticas concretas do mundo (Pena *et al.*, 2018). Essa perspectiva desloca o saber de uma condição de posse para uma construção coletiva, enraizada na realidade vivida pelos sujeitos. A educação, nessa concepção, não é neutra nem meramente instrutiva, mas uma prática libertadora que reconhece o outro como sujeito histórico e político, capaz de interpretar criticamente o mundo e de transformá-lo. Trata-se, portanto, de um processo que exige engajamento ético, escuta ativa e compromisso com a emancipação humana (Pereira; Sartori, 2020).

Outro pilar da pedagogia freiriana é a noção de autonomia. Para Freire, a educação deve servir à formação de sujeitos críticos, capazes de agir com liberdade, responsabilidade e

consciência sobre suas condições de existência. Autonomia, nesse sentido, não é isolamento, mas potência coletiva: é a capacidade de se posicionar no mundo e transformá-lo. Ao articular essa perspectiva à análise de movimentos sociais juvenis, comprehende-se que práticas comunicativas orientadas pela autonomia não impõem discursos, mas incentivam a reflexão, a dúvida e a ação crítica (Pereira; Sartori, 2020).

Ademais, o conceito de conscientização, entendido como processo de leitura crítica do mundo, contribui na construção de uma educação comprometida com a justiça social. Conscientizar-se, para Freire, é reconhecer-se como sujeito histórico e perceber as contradições da realidade como fruto de relações de poder passíveis de transformação. Esse processo se dá por transmissão de conteúdos prontos, bem como pela problematização coletiva do cotidiano, a partir das experiências e das linguagens dos próprios sujeitos envolvidos (Brauer e Freire, 2021).

Como apontam Brauer e Freire (2021), Edgar Morin⁴ complementa o pensamento de Paulo Freire ao propor uma abordagem educacional centrada na complexidade, na ética e na responsabilidade. Para Morin, a educação deve ser capaz de preparar os sujeitos para enfrentar a incerteza, articular saberes fragmentados e compreender a interdependência entre indivíduo, sociedade e espécie. Enquanto Freire destaca a dialogicidade, a autonomia e a conscientização como fundamentos da prática libertadora, Morin enfatiza a necessidade de superar visões reducionistas e fragmentadas do conhecimento, propondo uma formação que integre razão e sensibilidade, teoria e experiência, ciência e humanismo (Brauer; Freire, 2021).

Já Chaves (2022), lembra que a pedagogia de Paulo Freire dialoga com as ideias de John Dewey⁵, ainda que ambos atuem em contextos históricos e sociais distintos. Ambos concebem a educação como prática democrática e participativa, ancorada na experiência concreta dos educandos e em sua capacidade de reflexão crítica e ação transformadora. Rejeitam o modelo tradicional de ensino transmissivo e autoritário, defendendo práticas pedagógicas centradas no protagonismo dos sujeitos, na construção coletiva do conhecimento e no compromisso com a transformação social (Chaves, 2022).

⁴ Edgar Morin é um filósofo e sociólogo francês conhecido por sua teoria do pensamento complexo. Sua contribuição para a educação se dá por meio da crítica à fragmentação dos saberes e da defesa de uma abordagem transdisciplinar e integradora. Morin propõe uma reforma do pensamento e da educação que permita aos sujeitos compreender a complexidade do mundo contemporâneo, promovendo uma formação ética, crítica e responsável (Silva, 2023).

⁵ John Dewey (1859–1952) foi um filósofo e educador norte-americano, considerado um dos principais representantes do pragmatismo e da pedagogia progressista. Defendia uma educação centrada na experiência, no pensamento reflexivo e na democracia como forma de vida, propondo que a escola fosse um espaço de participação ativa e desenvolvimento crítico dos sujeitos (De Deus, 2024).

No contexto deste trabalho, conforme evidenciado por Peres *et al.* (2022), a pedagogia de Paulo Freire oferece a base para compreender como os movimentos sociais populares, especialmente aqueles protagonizados por jovens, desenvolvem práticas formativas em que comunicação, escuta, diálogo e ação caminham juntos. Sua abordagem permite analisar as estratégias voltadas à formação política da juventude e a valorização das vozes periféricas, ampliando a compreensão do papel da comunicação popular como instrumento de emancipação.

3.3 Pedagogia da comunicação popular e comunitária

No campo da comunicação popular no Brasil, Peruzzo (2024) contribui para o debate ao analisar a relação entre comunicação, participação social e educação política, enfatizando seu potencial como estratégia de organização, escuta e mobilização de sujeitos historicamente silenciados. Essa perspectiva dialoga com Volpato e Ruiz (2020), ao destacarem a dimensão pedagógica dos processos comunicacionais de base comunitária, e se aproxima da análise de Ramos (2020), que evidencia a centralidade da juventude periférica nas práticas de resistência e de formação cidadã.

De acordo com Peruzzo (2024):

A Comunicação Popular distingue-se como uma comunicação de resistência porque acontece no bojo e é vinculada aos movimentos sociais, comunidades e coletivos populares que lutam por direitos e denunciam diversas formas de opressão. Trata-se de uma contracomunicação, em relação aos padrões convencionais da grande mídia. Ela acontece devido às necessidades de comunicar desses atores coletivos, desde dentro, na voz deles e de acordo com seus interesses e suas demandas, razão pela qual é conhecida como comunicação popular, horizontal ou comunitária. Sua práxis situa-se no campo de lutas simbólicas de segmentos subalternizados por justiça social, para dar visibilidade a causas humanistas e reivindicações, e para participar do debate público oferecendo uma visão crítica e diferenciada sobre temas de interesse público (Peruzzo, 2024, p.73).

A partir dessa definição, observa-se que a comunicação popular deve ser compreendida como oposição aos meios hegemônicos, bem como um processo de produção de sentidos que fortalece identidades coletivas e fomenta práticas de participação política. O caráter contra-hegemônico evidencia que sua função ultrapassa a dimensão informativa, atuando como espaço de formação cidadã, mediação de conflitos e construção de narrativas alternativas que tensionam o debate público (Peruzzo, 2024).

Vê-se, portanto, a valorização da comunicação comunitária como um desdobramento da comunicação popular, especialmente nos contextos locais e periféricos. Essa comunicação nasce nos territórios, nos bairros, nas organizações de base e nos movimentos sociais, sendo frequentemente realizada com recursos escassos, mas grande capacidade de engajamento (Silva; Félix, 2021). Trata-se de uma comunicação centrada na vivência cotidiana, que se expressa por meio de rádios comunitárias, jornais de bairro, panfletos, murais, rodas de conversa e, mais recentemente, pelas redes digitais. Ao longo de sua trajetória, Peruzzo tem demonstrado como esses meios são fundamentais para democratizar a informação, dar visibilidade a pautas invisibilizadas e fortalecer o protagonismo dos sujeitos populares (Benedito; Lima, 2022).

Peruzzo (2023) propõe a noção de pedagogia da comunicação popular como um campo em que a comunicação assume papel formativo, articulando-se à construção da consciência crítica e à autonomia coletiva. Essa pedagogia se estrutura por práticas horizontais, participativas e dialógicas, nas quais os sujeitos produzem sentidos e atuam como agentes de transformação. Em consonância com os fundamentos de Paulo Freire (1996), essa perspectiva rejeita a neutralidade da comunicação e a entende como instrumento político de enfrentamento das desigualdades e valorização das vozes subalternizadas (Moraes; Santos, 2023).

Entretanto, a ênfase de Peruzzo na comunicação popular como prática enraizada nos territórios e nos meios comunitários não é consensual. Martín-Barbero (2001), por exemplo, desloca a análise para as mediações culturais, defendendo que os processos comunicacionais não se limitam aos espaços locais ou comunitários, mas se constroem também nas práticas cotidianas, no consumo cultural e nas hibridizações com os meios massivos. Essa leitura relativiza a centralidade atribuída por Peruzzo à territorialidade e à horizontalidade, ao apontar que a comunicação popular pode surgir em diferentes frentes, inclusive em diálogo com a mídia hegemônica.

De modo complementar, Vieira (2011), ao analisar a obra de Canclini (2008), problematiza a noção de um “popular” isolado e homogêneo, argumentando que, na perspectiva do autor, a comunicação deve ser compreendida a partir das hibridizações culturais, nas quais práticas comunitárias, lógicas de mercado e fluxos globais se entrecruzam. Essa perspectiva tensiona a visão de Peruzzo (2024), ao indicar que o campo popular se constitui também em processos de negociação e intercâmbio simbólico. Assim, enquanto Peruzzo enfatiza o caráter pedagógico e político da comunicação popular, autores como

Martín-Barbero e Canclini ampliam o debate ao ressaltar sua complexidade e a multiplicidade de mediações que atravessam a prática comunicacional.

4 LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE: ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO

4.1 Breve histórico do movimento

O Levante Popular da Juventude (LPJ) foi fundado oficialmente em 2006, a partir de um processo articulado por jovens militantes envolvidos em diferentes frentes de mobilização social, como movimentos camponeses, pastorais, coletivos culturais, sindicatos e organizações estudantis. Sua construção está vinculada diretamente ao campo político da Via Campesina e da Consulta Popular, que desde o final dos anos 1990 já indicavam a urgência de organizar a juventude popular com vistas à formação política e à transformação estrutural da sociedade brasileira (LPJ, 2016). Em 2005, a Consulta Popular aprovou em assembleia nacional a resolução de priorizar a organização da juventude trabalhadora, sobretudo nas periferias urbanas, como estratégia para a construção de um projeto contra-hegemônico (Freitas, 2021).

Com base nessa diretriz, constituiu-se no Rio Grande do Sul um grupo de trabalho que iniciou laboratórios de organização juvenil em comunidades periféricas de Porto Alegre, articulando jovens das Pastorais da Juventude Rural, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da universidade. Esses primeiros esforços culminaram na organização do Acampamento Sepé Tiaraju, realizado em fevereiro de 2006, na cidade de São Gabriel (RS), com a presença de mais de 700 jovens oriundos do campo, da periferia urbana e do meio estudantil (Teixeira, 2023). O acampamento definiu as bandeiras prioritárias do movimento – educação, trabalho, cultura e lazer – e consolidou suas três frentes de atuação: territorial, camponesa e estudantil (Oliveira; Sales, 2021).

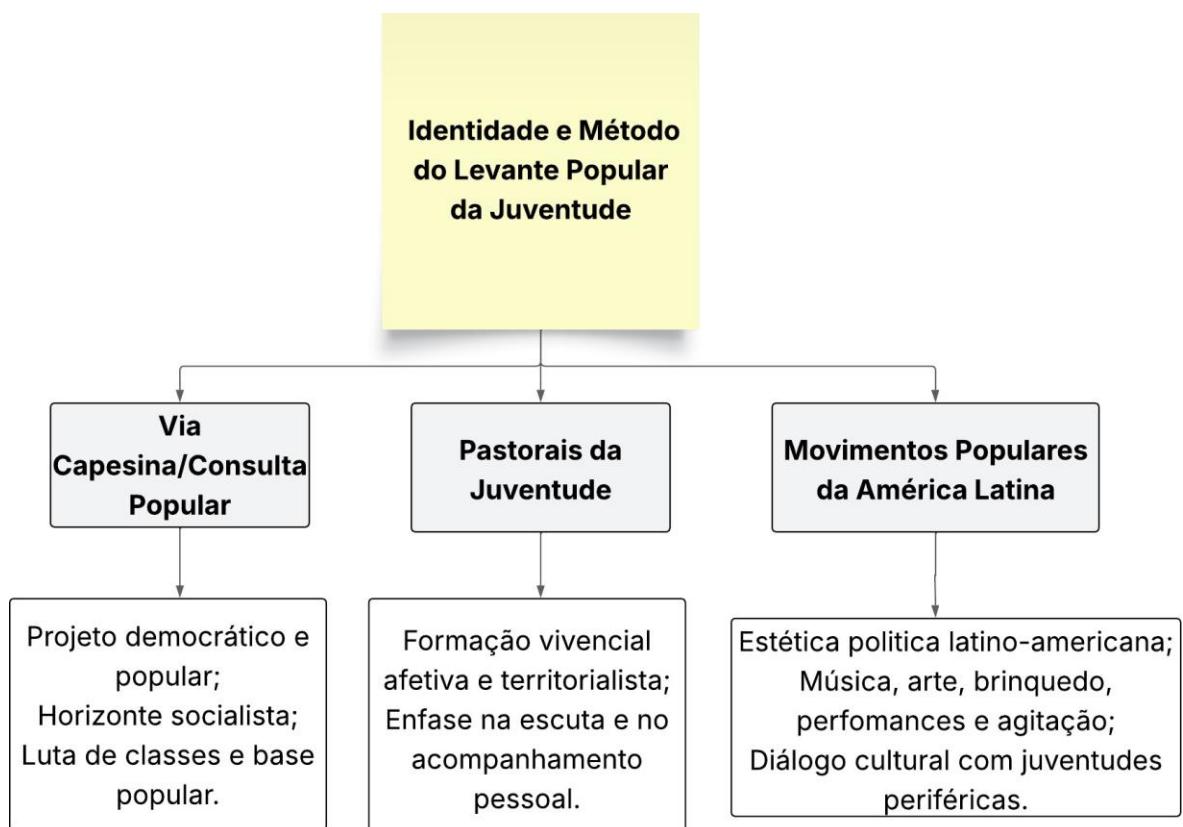
Paralelamente, o Levante também foi fortemente influenciado por experiências internacionais e nacionais de luta social, como o Fórum Social Mundial⁶ e as campanhas contra a mercantilização da educação (Lucena *et al.*, 2019). Desde sua fundação, o movimento tem atuado em um contexto marcado pela criminalização da juventude negra e periférica, pela retração de direitos sociais e pela deslegitimização das formas institucionais de participação política. Em resposta, o Levante assumiu como eixo a formação de uma juventude crítica,

⁶ O Fórum Social Mundial (FSM) é um espaço internacional de articulação entre movimentos sociais, ONGs, coletivos e organizações da sociedade civil, criado em 2001, em contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos. A 9ª edição do FSM ocorreu em Belém do Pará, em 2009, e destacou a luta dos povos amazônicos, indígenas e tradicionais, reunindo mais de 100 mil participantes. O evento reforçou o lema “Outro mundo é possível” e consolidou o FSM como espaço de diálogo, mobilização e resistência anticapitalista, antirracista, antissexista e ecológica.

combativa e organizada, comprometida com a soberania popular, a justiça social e o enfrentamento das opressões estruturais (Rodrigues, 2021).

Nos anos seguintes, o movimento se expandiu nacionalmente, estruturando-se por meio de núcleos locais e de uma coordenação nacional, fortalecida a partir do Acampamento Nacional realizado em Santa Cruz do Sul (RS), em 2012, com mais de 1.300 jovens de 15 estados. Nesse momento, foram firmadas as primeiras diretrizes organizativas nacionais e publicada a carta de princípios do movimento. Um dos episódios que projetou o Levante no cenário nacional foi a realização, ainda em 2012, de escrachos simultâneos em sete estados contra agentes da Ditadura Militar, exigindo justiça e reforçando a luta por memória e verdade histórica (Dias, 2023). A Figura 5 apresenta os principais referenciais que compõem a identidade e o método do LPJ.

Figura 5. Vertentes que estruturam a identidade e o método político-pedagógico do Levante Popular da Juventude



Fonte: elaborada pela autora (2025); adaptada de Barbosa (2023); Nunes *et al.* (2019); e Ramos (2020)

A primeira vertente oferece o alicerce político do Levante, pautado no projeto democrático-popular, na defesa do socialismo e na centralidade da luta de classes. A

influência da Via Campesina e da Consulta Popular imprime ao movimento uma orientação estratégica baseada na organização da juventude trabalhadora, no fortalecimento da base popular e na construção de uma alternativa contra-hegemônica ao neoliberalismo (Nunes *et al.*, 2019).

A segunda vertente diz respeito à herança metodológica das Pastorais da Juventude, que inspira práticas de formação fundamentadas na vivência coletiva, no vínculo afetivo e na escuta ativa. Essa pedagogia territorializada valoriza o cotidiano dos sujeitos e propõe um processo educativo que combina reflexão crítica com construção de laços comunitários (Ramos, 2020).

A terceira vertente é composta pelo diálogo do Levante com os movimentos populares latino-americanos, especialmente no que se refere à dimensão estética da militância. O movimento apropria-se de elementos culturais como a música, a batucada, a arte de rua, as performances e a agitação visual como formas expressivas de comunicação política (Barbosa, 2023).

Ao longo de sua trajetória, o Levante desenvolveu formações políticas contínuas, ações diretas criativas, ocupações simbólicas, campanhas eleitorais populares e parcerias com movimentos do campo, povos indígenas, organizações feministas e coletivos de economia solidária. Sua atuação articula comunicação política, arte, cultura, educação popular e engajamento digital, consolidando uma prática política que ultrapassa os limites institucionais e se manifesta nos territórios e nas redes (Lucena *et al.*, 2019).

Ao afirmar que “somos muito mais que a nossa bandeira, somos o nosso projeto de transformação da sociedade” (LPJ, 2016, p.5), o Levante expressa sua identidade como um sujeito político coletivo, em permanente construção, comprometido com a construção do Projeto Popular para o Brasil (Ramos, 2020). Mesmo com os desafios estruturais enfrentados, o movimento se consolidou como uma das mais importantes expressões da juventude organizada no país, defendendo uma prática militante antirracista, feminista, anticapitalista e anti-imperialista, que aposta na ação direta e na formação política como fundamentos para a transformação social (Rodrigues, 2023).

4.2 Estratégias comunicativas: linguagens, ferramentas e territorialidade juvenil

No caso do Levante Popular da Juventude, a linguagem escolhida cumpre função estratégica: ela combina acessibilidade, apelo visual e comunicação direta para fortalecer a identificação com o público jovem da periferia. Essa escolha não se limita à transmissão de

informações, mas integra um projeto político de formação e mobilização, alinhado à realidade cultural e às vivências cotidianas dos sujeitos que se busca alcançar (Volpato; Ruiz, 2020).

Ao atuar em territórios urbanos marcados por desigualdades sociais, barreiras educacionais e múltiplas formas de exclusão simbólica, o Levante constrói suas práticas comunicativas com base em uma escuta ativa das experiências e repertórios culturais da juventude (Zimkovicz *et al.*, 2025). A linguagem acessível torna-se, nesse contexto, uma ferramenta de aproximação e reconhecimento. Ao evitar jargões técnicos ou discursos excessivamente teóricos, o movimento busca dialogar com a realidade concreta dos sujeitos com quem atua, facilitando a compreensão e promovendo o engajamento crítico (Silva; Felix, 2021).

Para Volpato *et al.*, (2019) a acessibilidade da linguagem adotada pelo LPJ reflete um compromisso com a construção de sentidos enraizados na realidade dos sujeitos populares.

Em vez de recorrer à simplificação, os materiais do movimento mobilizam palavras do cotidiano, expressões populares, metáforas visuais e narrativas baseadas na vivência coletiva, buscando tornar a comunicação significativa, crítica e mobilizadora para os jovens periféricos.

O componente visual ocupa posição estratégica na comunicação do movimento. Cores vibrantes, tipografias ousadas, ilustrações simbólicas e elementos gráficos que evocam a cultura urbana e periférica permeiam os materiais produzidos pelo Levante. Essa linguagem visual cumpre dupla função: comunica ideias e simultaneamente constrói pertencimento, identidade e reconhecimento simbólico (Barbosa, 2023). Em um cenário saturado por imagens publicitárias e discursos institucionalizados, a proposta estética do movimento rompe com os padrões convencionais e afirma uma visualidade insurgente, pautada pela expressão da luta, da juventude e da transformação social (Pereira, 2022).

A dimensão direta da linguagem se revela tanto na forma quanto no conteúdo. O Levante costuma utilizar frases de impacto, chamados à ação, provocações políticas e afirmações identitárias com forte apelo emocional e político. Essa escolha não é aleatória: ela responde à necessidade de mobilizar, de afetar e de construir vínculos imediatos com a juventude. A comunicação direta rompe com a passividade e convoca à participação ativa, ao engajamento nas lutas e à tomada de posição diante das injustiças sociais (Gohn, 2011).

Ao integrar esses três elementos — acessibilidade, visualidade e objetividade — a linguagem do Levante se aproxima das práticas de comunicação popular e comunitária discutidas por autores como Freire e Peruzzo, mas com a especificidade de estar profundamente conectada aos repertórios culturais da juventude urbana. Trata-se de uma linguagem construída com os sujeitos, e não para eles, que reconhece suas formas de

expressão, suas referências simbólicas e seus modos próprios de narrar o mundo. Nessa perspectiva, é possível dialogar com Martín-Barbero (2001), ao destacar que a comunicação deve ser compreendida a partir das mediações culturais que atravessam os sujeitos, ou seja, dos sentidos que surgem das práticas cotidianas, dos territórios, da memória e da experiência vivida. Em vez de pensar a comunicação como mera transmissão de mensagens, o autor propõe enxergá-la como um processo de produção de sentidos situado, atravessado por lógicas populares que reconfiguram os meios e os códigos institucionalizados.

A linguagem do Levante vai além de transmitir informações: ela comunica pertencimento, afirma identidades políticas e territoriais, denuncia opressões e convoca à luta. Ao mesmo tempo em que informa e forma, ela mobiliza afetos, sentidos e ações, operando como um verdadeiro instrumento pedagógico e político (Machado, 2007). Nesse sentido, Hall (2006, *apud* Moraes, 2019), contribui para compreender as identidades culturais como construções discursivas, historicamente situadas, múltiplas e em permanente transformação. Em sua perspectiva, a identidade é forjada por representações simbólicas e atravessada por relações de poder, assumindo diferentes formas conforme os contextos e os posicionamentos sociais. A comunicação do Levante, ao afirmar a juventude periférica como protagonista político-cultural, atua diretamente nesse processo de produção de identidades contra-hegemônicas.

A comunicação do LPJ com os jovens das periferias brasileiras é marcada por uma combinação estratégica entre territorialidade, afetividade, cultura e política (Nunes; Souza, 2019). Trata-se de uma comunicação orientada pela escuta e pela valorização das vivências juvenis, que busca construir vínculos reais com sujeitos historicamente invisibilizados. Nesse sentido, a forma como o Levante se comunica expressa diretamente seu projeto de formação política e transformação social (Dias, 2023).

O movimento se utiliza de diversas ferramentas, analógicas e digitais, que dialogam com as condições materiais, as práticas culturais e os repertórios simbólicos da juventude (Barbosa, 2023). Entre os recursos mais utilizados estão:

Quadro 1. Ferramentas comunicativas utilizadas pelo Levante Popular da Juventude

Ferramenta comunicativa	Características principais
Cartilhas formativas	Linguagem acessível, estética jovem, conteúdo político e pedagógico
Publicações em redes sociais	Cards, vídeos curtos, textos diretos e provocativos
Intervenções urbanas	Grafites, murais, faixas, encenações e performances em espaços públicos
Rodas de conversa e oficinas	Formação presencial, horizontalidade, escuta e articulação de base
Expressões culturais	Música, <i>slam</i> , teatro e poesia como linguagem de resistência e identidade coletiva
Campanhas digitais e mobilizações	Atuação coordenada em redes sociais e grupos, com foco em engajamento rápido e territorializado

Fonte: Barbosa (2023); Teixeira (2023)

Essas ferramentas são utilizadas de forma articulada nos processos contínuos de formação e mobilização, nos quais o conteúdo político se expressa por meio de linguagens culturais e afetivas. Ao adotar uma abordagem multicanal, atenta aos códigos culturais da juventude, o Levante amplia seu alcance e fortalece a identificação dos sujeitos com as pautas defendidas (Teixeira, 2023).

Além disso, o movimento apostava na horizontalidade da comunicação, priorizando o “falar com” em vez do “falar para”. Jovens militantes do próprio território produzem conteúdos, conduzem formações e participam da construção das campanhas. Isso reforça o sentimento de pertencimento e legitimidade e fortalece os princípios da coautoria e da escuta ativa que caracterizam a comunicação popular (Volpato, 2022).

Outro aspecto relevante é a adoção de linguagens que articulam política e afetividade. A comunicação do Levante mobiliza humor, sarcasmo, estética urbana e referências às experiências vividas nos territórios como estratégias para gerar vínculo com o público e incentivar a participação. Essa abordagem favorece o engajamento juvenil e contribui para a singularidade das práticas comunicacionais do movimento (Pena; Nunes, 2018).

Ao operar nesse campo simbólico e afetivo, o Levante disputa sentidos no imaginário juvenil e tensiona as narrativas dominantes sobre juventude, periferia e política. Em vez da imagem de um jovem apático, despoliticizado ou violento, comumente veiculada pelas mídias tradicionais, o movimento apresenta um jovem organizado, criativo, combativo e protagonista de sua própria história (Peruzzo, 2023). A imagem retirada do site oficial do LPJ (Figura 6) exemplifica de forma contundente sua estratégia comunicativa voltada à juventude.

Figura 6. Comunicação insurgente no site oficial do Levante Popular da Juventude



SE ORGANIZA, CONHEÇA O LEVANTE POPULAR!

👉 Como Assim Tu Ainda Não Conhece E Nem Tá Organizado No Levante Popular Da Juventude?

➡ Somos uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação estrutural da sociedade brasileira. Somos a juventude do Projeto Popular, e nos propomos a ser o fermento na massa de jovens do país.

🌐 Somos a juventude do projeto popular que não baixa a cabeça para as injustiças e desigualdades, somos mulheres, negros e negras, e LGBTI+. Somos das cidades, das quebradas, das escolas e universidades, e lutamos diariamente pela transformação da nossa sociedade.

E estamos sempre como? De lencinho no pescoço e batucada de lado 🎉🔥🎉

Fonte: LPJ (2025)

Combinando elementos visuais e textuais, a publicação mobiliza símbolos afetivos e identitários — como o “lencinho no pescoço” e a “batucada de lado” — para construir pertencimento e engajamento político. Essa linguagem informal, marcada por expressões orais e emojis, rompe com o formato institucional tradicional e estabelece uma comunicação horizontal, próxima do cotidiano juvenil (Peruzzo, 2023). De acordo com Mirzoeff (2011), é possível compreender essa produção como parte de um “regime de visualidade insurgente”, no qual sujeitos historicamente marginalizados resistem e reivindicam o direito de ver e ser vistos segundo seus próprios códigos. Em diálogo com Foucault (1979), o conteúdo também pode ser interpretado como um contra-discurso⁷ que desafia os mecanismos hegemônicos de produção de verdade sobre a juventude, reconfigurando os sentidos de militância, identidade e poder.

Já a Figura 7 retrata uma ação simbólica conhecida como “escracho”⁸, organizada pelo LPJ no início da década de 2010, durante sua campanha nacional por memória, verdade e justiça.

⁷ O termo *contra-discurso* refere-se a narrativas e práticas simbólicas que se opõem aos discursos hegemônicos, buscando desconstruir verdades instituídas e oferecer outras formas de ver, dizer e agir no mundo (Teixeira, 2023).

⁸ O *escracho* é uma forma de ação direta adotada por movimentos sociais, como o Levante Popular da Juventude, para denunciar publicamente agentes envolvidos em violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar brasileira. Inspirado em práticas de denúncia popular na América Latina, o escracho busca expor a permanência da impunidade ao evidenciar, de forma simbólica e performática, os locais de moradia ou atuação de torturadores, convocando a memória coletiva, a justiça e a verdade histórica (Teixeira, 2023).

Figura 7. Escracho como forma de denúncia e memória coletiva promovida pelo LPJ



Fonte: Movimentos dos Atingidos por Barragens - MAB (2012)

Nessa intervenção, jovens militantes se posicionam diante da casa de um agente ligado à repressão da Ditadura Militar brasileira, expondo em letras negras a frase “Aqui em frente mora um torturador”. Essa forma de denúncia pública, ao mesmo tempo performática e pedagógica, foi uma das marcas do Levante em sua consolidação como movimento nacional (MAB, 2012). A escolha pela estética direta, o uso da arte de rua e a presença de corpos politizados no espaço urbano evidenciam a estratégia de transformar o cotidiano em palco de disputa simbólica. Trata-se de uma ação que conjuga comunicação popular, justiça histórica e ativismo juvenil, pautando a responsabilização dos agentes da repressão e a importância da memória coletiva para o fortalecimento da democracia (Rodrigues, 2021).

Durante a pandemia de COVID-19, o movimento enfrentou o desafio de adaptar suas formas de mobilização diante das restrições sanitárias (Volpato, 2022). Com a impossibilidade de realizar ações presenciais, como os escrachos e ocupações simbólicas, o Levante redirecionou sua atuação para o ambiente digital. Reforçou sua presença nas redes sociais, organizou transmissões ao vivo, promoveu campanhas de solidariedade, cobrou aceleração da vacinação e denunciou os impactos da crise sanitária sobre a juventude trabalhadora e periférica. Esse período evidenciou a centralidade da comunicação popular como ferramenta de resistência e articulou iniciativas de cuidado coletivo com a disputa de narrativas contra o negacionismo, o autoritarismo e a desigualdade social (Volpato, 2022).

A pandemia, portanto, forçou uma adaptação tática e ampliou a percepção do Levante sobre o papel estratégico da comunicação digital em sua luta por justiça social. Com a retomada das atividades presenciais, o movimento passou a articular de forma mais intensa as dinâmicas territoriais e digitais, fortalecendo sua capilaridade e capacidade de mobilização (Teixeira, 2023).

As Figuras 8 e 9, extraídas das redes sociais vinculadas ao LPJ, evidenciam como o movimento utiliza recursos visuais e linguagens populares para ampliar o alcance de suas mensagens políticas e mobilizadoras.

Figura 8. Meme do LPJ com crítica ao modelo de trabalho 6x1 e à desigualdade fiscal



Fonte: Instagram Levante Popular da Juventude (2025)⁹

A Figura 8, que é uma postagem em formato de meme com um cachorro visivelmente exausto, traduz de forma sarcástica e acessível uma crítica contundente à precarização do trabalho e à injustiça fiscal no Brasil. Ao associar humor e denúncia, o conteúdo gera identificação com a realidade vivida por milhões de jovens trabalhadores e tensiona o discurso dominante de meritocracia e naturalização da exploração. Já a Figura 9, com apelo direto contra a guerra promovida por potências imperialistas, utiliza uma estética gráfica simples e cores vibrantes para mobilizar apoio à campanha internacional por paz e soberania (Zimkovicz *et al.*, 2025).

⁹ https://www.instagram.com/p/DLVs5-VvSne/?img_index=1

Figura 9. Card de mobilização contra os ataques imperialistas e a guerra ao Irã



Fonte: Instagram Levante Popular da Juventude (2025)¹⁰

Observa-se, portanto, que a comunicação do Levante Popular da Juventude articula, de forma estratégica, linguagens acessíveis, estéticas insurgentes¹¹ e práticas enraizadas na territorialidade juvenil como instrumentos de formação política e mobilização social. Ao combinar recursos analógicos e digitais, humor e denúncia, afetividade e crítica, o movimento constrói uma pedagogia comunicacional que não apenas informa, mas convoca à ação e à transformação.

¹⁰ https://www.instagram.com/p/DLQeRYzv7rO/?img_index=1

¹¹ Insurgente: aquilo que se levanta contra uma autoridade, ordem ou sistema estabelecido; que contesta ou se opõe a formas dominantes de poder ou pensamento.

5 AS CARTILHAS

De modo geral, cartilhas são materiais impressos ou digitais de caráter educativo, produzidos com linguagem acessível e didática, voltados à transmissão de informações, orientações ou formações específicas a determinados públicos. Neste sentido, as cartilhas produzidas pelo LPJ constituem uma das principais ferramentas pedagógicas e comunicativas do movimento. Desde sua fundação, o Levante tem apostado em materiais educativos como instrumentos estratégicos para a formação política da juventude e para a consolidação de uma linguagem comum entre seus militantes. Essas publicações fazem parte do esforço de construir um projeto popular de transformação social a partir da base, dialogando com os repertórios culturais e simbólicos da juventude urbana e periférica (Teixeira, 2023).

O Levante Popular da Juventude desenvolveu, ao longo de sua trajetória, diversas cartilhas voltadas à formação política de sua militância. Entre essas produções, destacam-se nacionalmente “Emerson Pacheco” e “Agora é Nossa Vez!”, que serão objeto de análise neste trabalho. Ambas foram elaboradas em momentos distintos da conjuntura brasileira e refletem, cada uma a seu modo, os acúmulos políticos, pedagógicos e simbólicos do (LPJ, 2023). Além dessas, o movimento produziu outros materiais formativos ao longo dos anos, em nível nacional e local, direcionados a públicos específicos, como jovens do campo, coletivos feministas e núcleos universitários (Volpato, 2022).

A origem dessas cartilhas está ligada à tradição da educação popular, herdada de Paulo Freire, bem como ao histórico de mobilização da esquerda social brasileira. Elas buscam unir teoria e prática de forma acessível e crítica. A linguagem utilizada é direta, afetiva e simbólica, no sentido de recorrer a signos culturais e visuais que produzem identificação coletiva, como gírias, expressões gráficas, músicas, ilustrações e metáforas vinculadas ao cotidiano juvenil. O objetivo é formar sujeitos históricos, capazes de compreender a realidade e intervir nela de maneira coletiva e transformadora (Volpato *et al.*, 2019).

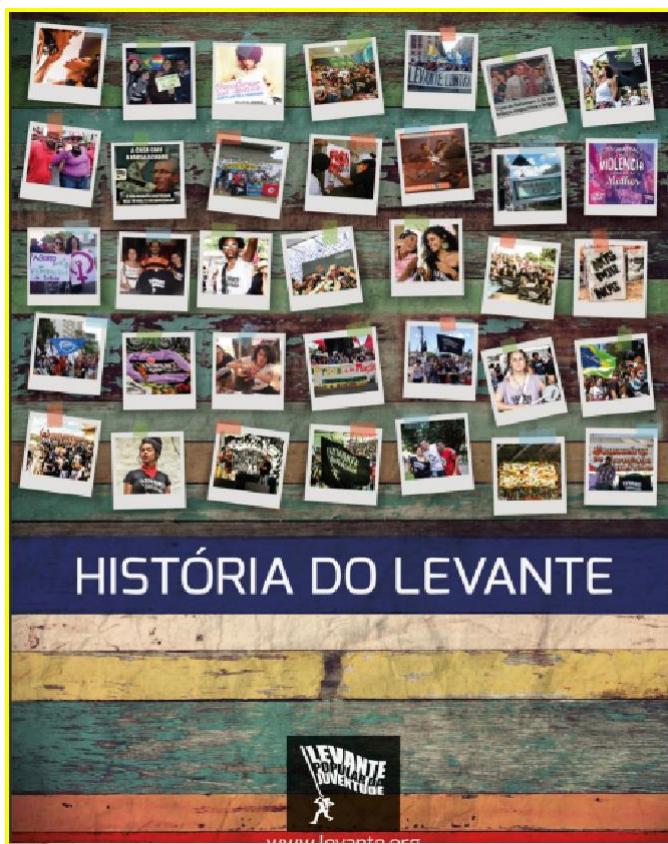
Esse materiais são organizados a partir de eixos temáticos, como trabalho, educação, racismo, sexualidade, feminismo, história das lutas populares e táticas de organização de base. Além disso, as cartilhas funcionam como um convite à ação, orientando como construir núcleos, realizar atividades e fomentar a cultura da mobilização no território. Como afirmam Lucena *et al.* (2019), esses materiais registram diretrizes políticas, bem como fortalecem o vínculo entre memória histórica e prática militante, permitindo que os jovens se reconheçam enquanto protagonistas de um projeto político coletivo.

5.1 Cartilha “Emerson Pacheco”

A cartilha “Emerson Pacheco”, publicada em 2016 como primeiro volume da Escola Nacional de Formação Política do Levante Popular da Juventude, presta homenagem ao jovem militante cearense Francisco Emerson Pacheco, assassinado por agentes do Estado em 2015. Mais do que uma homenagem, o material busca aprofundar reflexões sobre identidade de classe, solidariedade e consciência política, articulando elementos da trajetória de vida do homenageado com os fundamentos da formação militante defendida pelo movimento.

Produzida no contexto da criação da escola de formação, a cartilha visa fornecer base teórica e metodológica à militância do Levante. Estruturada em quatro módulos – “Quem somos?”, “Como funciona o mundo?”, “Como nos organizamos?” e “Como lutamos?” – ela combina elementos autobiográficos, análise política e convite à ação, promovendo uma autoformação coletiva. Conforme ilustra a Figura 10, a capa da cartilha, com o título História do Levante, opera como um recurso introdutório à lógica formativa que atravessa todo o material, apresentando visualmente a trajetória e a identidade do movimento.

Figura 10. Capa da cartilha "Emerson Pacheco"



Fonte: Levante Popular da Juventude¹²

¹² <https://levante.org.br/acervo/#>

Ao reunir fotografias impressas em estilo *polaroid* sobre um fundo de madeira com faixas coloridas, a composição visual propõe uma narrativa centrada na memória coletiva, no território e na multiplicidade de sujeitos que compõem o movimento. Esse recurso evidencia uma estratégia de comunicação que aposta na visualidade como meio de ativação da memória e construção de identidade.

Conforme aponta Peruzzo (2023), a comunicação popular opera também pela imagem, como dispositivo que convoca o afeto e a ação. A disposição das imagens sugere um acervo vivo da militância, remetendo a práticas culturais dos sujeitos populares, como os murais comunitários, que organizam suas memórias por meio de experiências partilhadas. Nesse sentido, a capa funciona como um prenúncio da pedagogia visual adotada na cartilha, evidenciando o compromisso do movimento com uma linguagem que articula sensibilidade estética e posicionamento político. Ao contrário de abordagens convencionais que se iniciam com sumários ou prólogos explicativos, essa introdução visual tensiona a ordem discursiva tradicional e insere o leitor diretamente no campo simbólico da luta, em consonância com o que Martín-Barbero (2001) descreve como mediações culturais que constroem sentido a partir da experiência vivida.

A Cartilha ecoa múltiplas referências a Carlos Marighella, especialmente nos eixos “Como lutamos?”, valorizando táticas de agitação, organização popular e enfrentamento direto às estruturas opressivas, inspirando um ativismo pautado por ação e reflexão.

A citação de Carlos Marighella¹³ (LPJ, 2016, p. 2), que abre a Cartilha como epígrafe, cumpre uma função político-pedagógica estratégica: além de homenagear uma figura histórica da resistência brasileira, também sinaliza o horizonte ideológico que orienta o material.

O poder pertence ao povo
 Nosso lema é unir as forças revolucionárias
 Podem surgir dos bairros, das ruas
 Dos conjuntos residenciais
 Das favelas, Mucambos, malocas e alagados
 O desejo de todo revolucionário, é fazer a revolução”
 Carlos Marighella

Ao afirmar que “o poder pertence ao povo” e destacar as origens populares das forças revolucionárias, bairros, ruas, favelas, mucambos, malocas e alagados, Marighella evoca uma concepção de transformação social baseada na organização coletiva das classes

¹³ Carlos Marighella (1911–1969) foi um político, escritor e militante comunista brasileiro, reconhecido por sua atuação na resistência à ditadura militar. Fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN), defendeu a luta armada como estratégia de enfrentamento ao regime e tornou-se símbolo da oposição radical à repressão estatal. Sua obra Mini-manual do Guerrilheiro Urbano influenciou movimentos revolucionários em diversos contextos latino-americanos (Soares, 2025).

subalternizadas. Sua presença logo na abertura da cartilha inscreve o documento em uma tradição de luta que valoriza a insurgência dos territórios populares como espaço legítimo de produção política, conectando o passado histórico da resistência com as formas contemporâneas de militância juvenil.

Em seu conteúdo, a Cartilha também articula elementos de análise crítica da realidade brasileira, como os impactos do neoliberalismo¹⁴, a precarização das relações de trabalho, o racismo estrutural e o esvaziamento das políticas públicas, com referenciais teóricos da tradição crítica latino-americana. A presença de autores como Karl Marx¹⁵, Florestan Fernandes¹⁶ e Paulo Freire não se dá de forma ilustrativa, mas como operadores conceituais que ajudam a construir uma leitura politizada do presente.

Ao trazer Marx, a cartilha ancora a compreensão das contradições do modo de produção capitalista e da exploração da classe trabalhadora como eixo da luta política. Florestan Fernandes é mobilizado para evidenciar a persistência do racismo como mecanismo de dominação social no Brasil, conectando as desigualdades raciais à formação histórica do Estado e às lógicas excludentes do capitalismo dependente (Mara; Silva, 2021).

Já Paulo Freire orienta o aspecto pedagógico da proposta, ao afirmar a educação como prática de liberdade, baseada no diálogo, na consciência crítica e na transformação social. Trata-se, portanto, de uma narrativa formativa que denuncia as estruturas de opressão e convoca o leitor à ação coletiva, à leitura política do mundo e ao compromisso com os projetos históricos de emancipação popular na América Latina (Freire, 1996).

Com diagramação em slides, tipografia clara, uso de ilustrações e metáforas relacionadas à cultura juvenil, a cartilha alia acessibilidade e rigor, pois, ao mesmo tempo em que utiliza linguagem clara e próxima do universo juvenil, mantém firmeza e consistência na abordagem de suas pautas políticas e formativas.

¹⁴ O neoliberalismo é uma racionalidade político-econômica que orienta a organização da sociedade com base em princípios de mercado, defendendo a redução do papel do Estado, a desregulamentação econômica e a responsabilização individual pelas condições sociais. No contexto latino-americano, o neoliberalismo foi implementado a partir das décadas de 1980 e 1990, resultando em cortes de direitos sociais, precarização do trabalho e aumento das desigualdades (Vázquez Ortiz, 2021).

¹⁵ Karl Marx (1818–1883) foi um filósofo, economista e teórico social alemão cuja obra fundou o materialismo histórico e criticou profundamente o modo de produção capitalista. Sua análise das relações de classe, da mais-valia e da luta de classes permanece como uma das bases teóricas das correntes críticas e dos movimentos de esquerda (Fernandes, 2020).

¹⁶ Florestan Fernandes (1920–1995) foi um sociólogo e intelectual brasileiro reconhecido por seus estudos sobre estrutura social, desigualdade racial e democracia no Brasil. Militante e teórico do socialismo, contribuiu para a formação do pensamento crítico latino-americano, articulando marxismo e realidade brasileira em sua obra (Arruda, 2020).

Para auxiliar a análise das cartilhas, foram selecionados elementos simbólicos e metáforas presentes em seus textos e epígrafes. Esse procedimento metodológico tem como objetivo evidenciar de que maneira a publicação traduz conceitos políticos e pedagógicos em imagens e expressões do cotidiano juvenil, mobilizando repertórios culturais acessíveis e compartilhados. A seleção foi feita a partir de uma leitura qualitativa, destacando os trechos que condensam sentidos de formação, mobilização e identidade coletiva.

A utilização de metáforas e símbolos na Cartilha “Emerson Pacheco” consolida os princípios teóricos previamente discutidos sobre comunicação popular, linguagem e formação política. Ao empregar expressões como “ser fermento na massa” ou “nos organizamos em trincheiras de luta”, o material utiliza um vocabulário acessível, bem como ativa sentidos construídos coletivamente, conectados ao território, à experiência histórica e à ação militante (Volpato *et al.*, 2019). Esses elementos não são ornamentais: cumprem uma função estruturante na articulação entre identidade política e pedagogia da luta (Gohn, 2011; Rodrigues *et al.*, 2021).

A escolha por figuras como “rodas que giram” ou “pé no barro e punho erguido” reforça uma concepção de juventude como sujeito ativo, transformador e enraizado. Tais construções discursivas não só ampliam a potência comunicativa da cartilha, como também reiteram sua função de convocar à ação e ao pertencimento coletivo (Pena *et al.*, 2018).

O Quadro 2 apresenta a sistematização desses elementos, funcionando como síntese do processo analítico e permitindo visualizar de forma comparativa os recursos mais recorrentes e suas funções no contexto comunicacional do movimento.

Quadro 2. Metáforas e recursos simbólicos utilizados na cartilha

Trecho ou Elemento	Metáfora / Simbolismo	Sentido e Função
“O poder pertence ao povo” (epígrafe de Marighella)	O povo como detentor do poder	Reafirma a ideia de soberania popular e empoderamento coletivo.
“Queremos conhecer o mundo para transformá-lo” (p. 2)	Conhecimento como instrumento de ação	Mobiliza a pedagogia freiriana: aprender é intervir na realidade.
“Ser fermento na massa” (p. 6)	Juventude como fermento	Remete ao papel impulsionador das lutas sociais de base; metáfora de transformação
“No decorrer do caminho, formava-se o caminho” (p. 17)	Caminho como construção coletiva	Evoca Paulo Freire; o fazer político é processo em movimento, não pré-determinado.
Uso da batucada como “estética política” (p. 28)	Cultura como prática de luta	A cultura popular aparece como meio de politização e identidade coletiva.
“Nos organizamos em trincheiras de luta” (p. 7)	Trincheira como espaço de resistência	A organização política é apresentada como espaço ativo de enfrentamento.
“Com o pé no barro e o punho erguido” (p. 4)	Conexão com o território e luta	Integração entre raiz popular (território) e ação política combativa (punho erguido).
“Fazer girar a roda da história” (p. 13)	História como movimento	Sugere que a juventude é agente de mudança histórica, rompendo com ciclos de opressão.

Fonte: Elaborado pela autora

Ao fazer uso desses recursos, o Levante traduz em linguagem política os sentidos que já circulam nas práticas cotidianas da juventude popular, reafirmando o vínculo entre forma, conteúdo e projeto político (Barbosa, 2023).

Essa opção reafirma o que Peruzzo (2023) já destacou sobre a centralidade do sentido na comunicação dos movimentos sociais. A linguagem se converte em dispositivo de politização, capaz de articular emoção, identidade e crítica social sem comprometer a densidade formativa. Ao retomar esses referenciais em suas metáforas e representações, a cartilha consolida sua função como instrumento de subjetivação política, alinhada às estratégias discursivas analisadas ao longo deste trabalho.

Vale destacar a epígrafe do tópico “Quem somos?”, com a citação de Hugo Chávez¹⁷, carrega uma forte dimensão política para a compreensão da identidade projetada pela Cartilha.

¹⁷ Hugo Chávez (1954–2013) foi presidente da Venezuela entre 1999 e 2013, sendo uma das principais lideranças do chamado “socialismo do século XXI”. Defensor da integração latino-americana e crítico do imperialismo estadunidense, Chávez influenciou movimentos sociais e governos progressistas na região (Oliveira; Kalil, 2025).

Ao afirmar com veemência a rejeição ao imperialismo (“Váyanse al carajo yanquis¹⁸...”) e ao reivindicar uma filiação às figuras históricas das lutas anticoloniais da América Latina — Bolívar¹⁹, Guaicaipuro²⁰, Túpac Amaru²¹ —, a citação insere o Levante Popular da Juventude em uma tradição de resistência latino-americana que rejeita a dominação externa e afirma a autodeterminação dos povos.

Esse gesto discursivo, de caráter performativo e combativo, pode ser compreendido à luz das reflexões de Hall (2006, *apud* Moraes, 2019), que entende a identidade como fruto de narrativas históricas e culturais sempre em movimento e sujeita a negociações.

A escolha da fala de Chávez também se relaciona com o que Martín-Barbero (2001) descreve como a construção de sentidos por meio da memória e da mediação cultural: evocar personagens históricos é ativar afetos e referências que ancoram a luta política no imaginário coletivo.

Por fim, as “Cartas de Compromisso” que encerram a Cartilha “Emerson Pacheco” funcionam como síntese e desdobramento político do processo formativo proposto ao longo do material. Endereçadas a diferentes segmentos da juventude, estudantes, jovens urbanos e camponeses, elas reafirmam a centralidade da militância e a inserção nos territórios como caminhos para a construção coletiva de um projeto popular. Escritas em tom direto e mobilizador, as cartas reafirmam o compromisso do movimento com a transformação social, convocando à ação organizada e enraizada nas realidades locais. Ainda que adotem uma linguagem combativa e fortemente orientada, o que pode limitar a autonomia reflexiva em certa medida, elas traduzem coerência com a proposta pedagógica da cartilha: formar sujeitos críticos comprometidos com a luta popular.

Isto posto, a Cartilha atua como um dispositivo político-pedagógico que articula formação, identidade e ação coletiva. Sua estrutura dialógica, aliada a uma linguagem acessível e simbólica, reforça princípios da educação popular e sustenta um projeto de subjetivação militante. Em diálogo com Gohn (2008), comprehende-se que os movimentos vão

¹⁸ “Váyanse al carajo, yanquis de mierda!” é uma frase emblemática de Hugo Chávez, proferida em 2006 durante a Cúpula dos Povos em Mar del Plata. Expressa de forma contundente sua rejeição à influência dos Estados Unidos na América Latina e sua defesa da soberania regional (Flores, 2023).

¹⁹ Simón Bolívar (1783–1830) foi um dos principais líderes das guerras de independência da América do Sul contra o domínio espanhol. Inspriou gerações de militantes latino-americanos com seu ideal de uma pátria grande e unificada (Flores, 2023).

²⁰ Guaicaipuro foi um cacique indígena venezuelano do século XVI que liderou a resistência contra os colonizadores espanhóis. Tornou-se símbolo da luta dos povos originários por autodeterminação e justiça (Flores, 2023).

²¹ Túpac Amaru II (José Gabriel Condorcanqui, 1738–1781) foi um líder indígena peruano que liderou uma grande rebelião contra o domínio colonial espanhol. Sua figura representa a resistência anticolonial e é referência para movimentos populares em toda a América Latina (Flores, 2023).

além da mobilização reivindicatória; eles também exercem um papel formador, promovendo aprendizagens vinculadas à prática social e à construção de sentidos históricos.

5.2 Cartilha “Agora é nossa vez!”

A cartilha “Agora é nossa vez!” foi produzida pelo Levante Popular da Juventude como instrumento de mobilização e formação política no contexto do 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em 2023 (LPJ, 2023). Lançada originalmente em 2016, a cartilha foi atualizada para refletir os desafios e prioridades da nova conjuntura política brasileira, marcada pela derrota eleitoral do bolsonarismo e pela retomada de pautas progressistas no campo institucional. Além de informar o congresso estudantil, o material se insere na tradição dos movimentos sociais de utilizar cartilhas como ferramentas pedagógicas e comunicativas, convocando a juventude a assumir um papel ativo nas disputas por democracia, justiça social e um projeto popular para o Brasil.

A capa da cartilha funciona como um enunciado visual que antecipa os sentidos políticos e simbólicos do conteúdo que será desenvolvido ao longo do material. Com uma paleta de cores vibrantes — verde, amarelo, vermelho e azul —, combinada à tipografia irregular e desenhada à mão, a composição gráfica remete à estética dos cartazes de rua e zines²² independentes, marcas da cultura visual popular e juvenil.

²² Zines são publicações independentes, geralmente de pequena tiragem e produção artesanal, que combinam texto e imagem com estética alternativa. Historicamente vinculados a movimentos contraculturais, punk e feministas, os zines funcionam como veículos de expressão política, crítica social e produção de identidade coletiva fora dos circuitos midiáticos tradicionais (Popescu, 2020)

Figura 11. Capa da Cartilha "Agora é Nossa Vez"



Fonte: Levante Popular da Juventude

Segundo Dondis (1999), elementos visuais como cor, forma e composição são carregados de intencionalidade comunicativa, o que confere à capa um caráter de convocação estética e simbólica. O uso da primeira pessoa do plural — “nossa vez” — e a explosão gráfica ao redor do título centralizam uma linguagem que busca criar identificação imediata com a juventude militante.

As imagens ao fundo, sobrepostas em preto e branco, mostram jovens em manifestação, com punhos erguidos e bandeiras tremulando, configurando-se como signos que condensam narrativas coletivas e mobilizam sentidos compartilhados. Essa sobreposição reforça a performatividade do discurso, no sentido proposto por Butler (1997), ao transformar o enunciado “agora é nossa vez” em um ato de posicionamento político. Além disso, ao destacar expressões como “projeto feminista” e “Brasil popular”, a capa visualmente sintetiza pautas interseccionais, conectando luta de classes, gênero e raça.

No que tange ao conteúdo textual, a cartilha combina informações políticas, diagnósticos sociais e convocações à ação, com ênfase no protagonismo juvenil. A linguagem é direta, informal e afetiva, o que se alinha ao que Martín-Barbero (2001) considera como reconhecimento das mediações culturais: a comunicação popular se efetiva não apenas pela transmissão de dados, mas pela capacidade de dialogar com os modos de vida e expressões simbólicas dos sujeitos.

Cada seção da cartilha apresenta títulos impactantes e frases de efeito como “O Brasil dos de baixo tá vivo” ou “Bora sonhar um novo país”, o que evidencia uma estratégia retórica centrada na convocação identitária e na esperança ativa. Segundo Bakhtin (2003), os enunciados sociais ganham força quando conectam linguagem, situação e valores, e é isso que a cartilha busca: construir um discurso que convoque, reconheça e mobilize a juventude a partir de seus próprios referenciais.

O conteúdo está dividido em blocos curtos, ilustrados, e intercalados por perguntas retóricas, provocações e metáforas políticas, como “ninguém solta a mão de ninguém” ou “tamo junto no mesmo corre”, que reforçam o sentimento de coletividade e luta compartilhada. Essa organização textual e visual remete ao que Paulo Freire (1996) chama de educação dialógica, em que o leitor é desafiado a refletir, intervir e compreender-se como sujeito histórico.

A escolha por uma narrativa afirmativa, que valoriza o pertencimento e a potência da juventude negra, periférica, LGBTQIA+ e estudantil, se articula a um projeto de comunicação popular que, como afirma Peruzzo (2023), informa e constrói sujeitos políticos por meio da linguagem. A cartilha, portanto, não objetiva neutralidade discursiva — ao contrário, ela assume uma posição de classe, raça e território e transforma isso em potência comunicativa.

A cartilha é uma peça comunicacional que atua no campo político e cultural como instrumento de formação subjetiva, mobilização eleitoral e disputa de narrativas sobre o Brasil contemporâneo. A escolha por uma linguagem acessível, visualidades potentes e enunciados convocatórios revela uma estratégia de engajamento afetivo e performativo, voltada à constituição de sujeitos políticos alinhados com um projeto popular de sociedade.

Em termos de função comunicativa, a cartilha opera na linha que Hall (2006, *apud* Moraes, 2019), denomina de prática representacional, ou seja, um processo no qual significados são produzidos e disputados por meio da linguagem. Ao afirmar, reiteradamente, que “o Brasil é dos de baixo” e que “a periferia é central”, o material propõe uma reordenação simbólica da hierarquia social, contestando discursos hegemônicos sobre juventude, política e poder. Essa estratégia discursiva reforça o que Gohn (2007) chama de dimensão pedagógica

dos movimentos sociais, em que a formação política se dá por meio de práticas comunicativas que constroem visões de mundo, identidades e sentidos de pertencimento.

A cartilha também se destaca como ferramenta de propaganda política no sentido gramsciano do termo, isto é, como prática voltada à disputa de hegemonia por meio da cultura e da educação popular, indo além da coerção ou do uso da força, ao buscar construir consensos, formar consciências críticas e mobilizar sujeitos em torno de um projeto coletivo. Seus conteúdos visam mobilizar afetos, reforçar valores comuns e consolidar alianças em torno de candidaturas comprometidas com o projeto popular para o Brasil. Do ponto de vista da linguagem, “Agora é nossa vez!” tensiona as fronteiras entre política e cultura, entre educação e comunicação, entre estética e mobilização. Sua potência reside em articular essas dimensões de forma integrada, ressoando com os códigos culturais de seu público. Assim, a cartilha não apenas reflete o ethos do Levante Popular da Juventude, mas performa sua ação política, inscrevendo-se como um dispositivo de luta pela hegemonia no campo das ideias.

A Figura 12 apresenta uma nuvem de palavras elaborada a partir da frequência dos termos utilizados na cartilha “Agora é nossa vez”. O procedimento consistiu em reunir o material em formato digital, processá-lo em software de análise textual e gerar uma representação visual que destaca graficamente as palavras mais recorrentes. Esse recurso permite identificar de forma exploratória o léxico utilizado e dar indícios de campos semânticos a serem explorados. A visualização destaca os principais termos mobilizados ao longo do material, evidenciando os eixos da narrativa. Termos como “reforma”, “educação”, “juventude”, “mobilização”, “democracia” e “cultura” ocupam posições de destaque, o que indica a ênfase do discurso na organização popular, no protagonismo estudantil e na construção de um projeto político transformador.

Figura 12. Nuvem de palavras feita a partir da cartilha “Agora é nossa vez”



Fonte: Elaborada pela autora

A visualização resultante evidencia a centralidade de termos como “juventude”, “povo”, “mobilização” e “democracia”, que aparecem em destaque, corroborando a ênfase do discurso na organização popular e na formação política da juventude que pode ser verificada a partir da leitura da cartilha. Além disso, a presença de palavras como “universidade” e “cultura” sugere a articulação entre luta estudantil e outros eixos fundamentais do material. A seguir, propõem-se três dimensões de análise que organizam essas ocorrências lexicais em categorias interpretativas, permitindo compreender os sentidos político-discursivos mobilizados pela cartilha.

5.2.1 Dimensão político-ideológica

A dimensão político-ideológica da cartilha “Agora é Nossa Vez!” foi identificada a partir do processamento textual e da análise lexical do documento, representada na nuvem de palavras. Esse procedimento permite evidenciar os termos de maior frequência e, consequentemente, os eixos temáticos que atravessam o material. Como observa Bardin (2011), a recorrência de determinadas expressões constitui um indicador relevante das categorias temáticas de um corpus, sobretudo em textos políticos e pedagógicos. Na cartilha, sobressaem palavras como “juventude”, “povo”, “democracia”, “mobilização” e “organização”, que articulam um campo discursivo voltado à crítica das formas hegemônicas de poder e à defesa de um projeto popular de país. Essa rede vocabular expressa não apenas a

denúncia das desigualdades e da exclusão, mas também a mobilização ativa de sujeitos coletivos em torno da soberania popular e da justiça social, reafirmando uma concepção militante de cidadania. O texto mobiliza uma concepção ativa de cidadania, como propõe Lazo Hernández (2023), ao compreender a democracia como um campo permanentemente aberto ao conflito e à disputa simbólica.

Nesse sentido, o antagonismo ao autoritarismo e à lógica neoliberal é evidente, remetendo à crítica gramsciana à dominação ideológica por meio do consenso manipulado (Gramsci, 2000), e à proposta de construção de contra-hegemonias a partir da organização popular e da politização das massas. A ênfase na luta por reformas estruturais, especialmente agrária, educacional e política, ecoa as formulações de Vázquez Ortiz (2021), para quem a transformação do Estado brasileiro requer uma ruptura com as bases elitistas e exclucentes que historicamente sustentaram a ordem social.

Além de dialogar com pensadores contemporâneos, a crítica presente na cartilha encontra base nas formulações Karl Marx, especialmente na compreensão da ideologia como mecanismo de manutenção da dominação de classe. Para Marx e Engels (2012), as ideias dominantes em uma sociedade são, em geral, as ideias da classe dominante, o que significa que a produção e difusão de discursos políticos e culturais não é neutra, mas orientada pela estrutura de interesses do capital.

Ao mobilizar uma linguagem que denuncia as formas históricas de exploração e propõe a construção de um projeto alternativo de sociedade, a cartilha opera no plano do que Marx chamou de “luta de classes”, promovendo uma consciência política que desnaturaliza a ordem vigente. Essa perspectiva marxiana de crítica à ideologia fundamenta o esforço do Levante em politizar a juventude como sujeito histórico inserido nas contradições do capitalismo periférico brasileiro (Marx; Engels, 2012).

5.2.2 Dimensão socioeducacional e comunicacional

A dimensão socioeducacional da cartilha “Agora é nossa vez!” revela-se central na construção de uma proposta de formação crítica voltada à juventude. Expressa por termos como “educação”, “universidade”, “UNE”, “estudante”, “universitária”, “formação”, “saber” e “consciência”, essa dimensão evidencia o lugar da educação não apenas como direito social, mas como campo estratégico de disputa política e ideológica. Em sintonia com o pensamento de Freire (1996), a cartilha “Agora é Nossa Vez!” não concebe o processo educativo como mera transmissão de conteúdos, mas como prática de liberdade. Essa perspectiva aparece, por

exemplo, quando afirma que “o primeiro passo para a construção de um Projeto Popular para o Brasil é reconhecer que cada pessoa deve ser protagonista das transformações da sua própria realidade” (LPJ, 2023, p. 4). Do mesmo modo, ao destacar que “acreditamos na organização estudantil a partir de um trabalho político nas bases, com muita arte, cultura popular, formação e luta” (LPJ, 2023, p. 5), o documento reforça a ideia de que a educação e a militância juvenil devem estar articuladas, mobilizando cultura, política e prática social como dimensões de um mesmo processo formativo.

Essa abordagem dialoga com a ideia de consciência crítica freiriana, que compreende a educação como um ato político e dialógico, voltado à superação da alienação e à construção da autonomia coletiva. A crítica implícita à educação bancária, conformista e elitista encontra reforço nas formulações de Peruzzo (2017), que também denuncia o caráter reprodutor do sistema educacional tradicional e defende uma pedagogia histórico-crítica orientada pela transformação da realidade concreta dos educandos. Ao convocar a juventude a ocupar os espaços escolares e universitários com protagonismo, a cartilha sustenta que o saber produzido nesses espaços deve estar comprometido com os interesses das classes populares, e não com a manutenção de privilégios (Paludo, 2016).

Nesse contexto, a presença reiterada da UNE como referência simbólica e organizacional remete ao papel histórico das entidades estudantis na politização da juventude brasileira, especialmente durante os períodos de resistência à ditadura civil-militar e nas mobilizações por direitos sociais. Essa filiação histórica articula-se à ideia de educação comprometida com a transformação social, como defende Gohn (2006) para quem a educação deve reconhecer os sujeitos populares como portadores de saberes e potências políticas.

Complementarmente, a cartilha mobiliza estratégias comunicacionais que integram essa proposta pedagógica, atuando não apenas no plano do conteúdo, mas na forma como este é apresentado. A escolha por uma linguagem direta, afetiva e acessível, a utilização de metáforas cotidianas, cores vibrantes, ilustrações e slogans mobilizadores evidencia o compromisso com uma comunicação popular que ensina enquanto convoca à ação. Como aponta Peruzzo (2023), a comunicação popular, em articulação com a educação crítica, transforma-se em prática formativa quando se enraíza nos territórios e dialoga com os códigos culturais dos sujeitos.

Ao recorrer a elementos da cultura juvenil urbana — como memes, cartazes, grafismos e frases de impacto —, o Levante constrói uma pedagogia comunicacional que atravessa as fronteiras entre estética e política. Em diálogo com Martín-Barbero (2001), pode-se afirmar que essa comunicação opera por meio das mediações culturais da juventude periférica,

ativando linguagens visuais e afetivas como instrumentos de formação política. Trata-se, portanto, de uma educação que se realiza também pelo sensível, pela estética e pela linguagem cotidiana, conectando as experiências juvenis à construção de consciência crítica.

5.2.3 Dimensão identitária e de ação coletiva

A dimensão identitária e interseccional presente na cartilha “Agora é nossa vez!” articula uma perspectiva política que reconhece e valoriza as múltiplas formas de opressão vividas por sujeitos historicamente marginalizados — juventude negra, mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas e periféricas —, propondo a sua centralidade na construção de um projeto popular de transformação social. Termos como “juventude”, “mulheres”, “negros”, “negras”, “LGBTIs”, “cotas”, “racismo”, “feminista” e “militante” evidenciam o compromisso do discurso com a justiça social construída a partir do reconhecimento das diferenças e da desigualdade estrutural (Gohn, 2007; Barbosa, 2023).

O texto integra um horizonte comum de luta política que pode ser vista como interseccional, valorizando a diversidade como elemento fundante da mobilização coletiva. A frase “Somos muito mais que a nossa bandeira, somos um Projeto de transformação da sociedade.” (LPJ, 2016. p. 5) sintetiza a proposta de um sujeito político plural, insurgente e articulado em torno da resistência às estruturas opressoras (Peruzzo, 2021).

Além disso, o feminismo popular reivindicado no texto articula-se a uma tradição latino-americana de luta que compreende a interdependência entre as esferas do cuidado, do território e da autonomia dos corpos como fundamentos de resistência. Tal concepção é discutida por Benedito e Lima (2022) ao analisarem a comunicação popular feminista como prática política e epistêmica que valoriza os saberes situados, a experiência das mulheres nas periferias e o enfrentamento das opressões interseccionais. A cartilha incorpora essa perspectiva ao dar visibilidade às mulheres negras e periféricas como sujeitos históricos da transformação social, reafirmando a dimensão coletiva e antissistêmica do feminismo popular.

A valorização da juventude como sujeito político interseccional também retoma os estudos de Stuart Hall (2006, *apud* Moraes, 2019), que interpreta a identidade não como essência, mas como construção histórica, relacional e sempre em disputa. Nesse sentido, o discurso da cartilha apostava na politização das identidades como forma de produção de consciência crítica e solidariedade, operando por meio de uma linguagem afetiva, combativa e marcada pela empatia e pelo pertencimento.

Ao integrar essas múltiplas vozes em um mesmo enunciado político, a cartilha não apenas reconhece as desigualdades estruturais, mas reivindica sua superação por meio de práticas coletivas e narrativas que se recusam à invisibilidade. A dimensão identitária, portanto, é uma estratégia de radicalização democrática, em que os sujeitos oprimidos deixam de ser objeto de políticas públicas para se afirmarem como agentes da história (Barbosa, 2023).

5.3 Comparativo entre as cartilhas

A análise das cartilhas “Emerson Pacheco” (LPJ, 2016) e “Agora é nossa vez!” (LPJ, 2023) evidencia continuidades e reformulações estratégicas na forma como o Levante Popular da Juventude articula a formação política, a comunicação popular e a mobilização juvenil. Ambas funcionam como dispositivos de subjetivação militante alinhados a uma pedagogia crítica (Freire, 1996; Peruzzo, 2023), mas apresentam ênfases distintas conforme seus contextos de produção.

A cartilha “Emerson Pacheco” adota um formato predominantemente textual, organizado em seções temáticas que funcionam como unidades formativas. Seu conteúdo valoriza reflexões sobre identidade de classe, solidariedade e consciência política, ancorando-se nos referenciais teóricos de Marx e Engels (2012) e Freire (1996). A narrativa, estruturada em blocos de aprendizagem, contribui para a construção de uma memória coletiva e de uma fundamentação teórica que orienta a militância de base (Barbosa, 2023; Volpato *et al.*, 2019).

Em contraste, “Agora é Nossa Vez!” apresenta um forte investimento na comunicação visual e performativa. Com uma capa marcada por uma paleta de cores vibrantes, tipografia irregular e elementos gráficos inspirados nos cartazes de rua e zines, a cartilha emprega recursos visuais para gerar identificação imediata com a juventude. A linguagem é direta e afetiva, articulando slogans e metáforas que enfatizam o protagonismo, a mobilização e as pautas interseccionais. Esse formato, ao mesmo tempo que se alinha à estética das redes sociais, reforça uma estratégia de convocação e engajamento que dialoga com o contexto político contemporâneo, marcado pela derrota eleitoral do bolsonarismo e pela retomada de pautas progressistas (LPJ, 2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das cartilhas “Emerson Pacheco” e “Agora é Nossa Vez!”, produzidas pelo Levante Popular da Juventude, permitiu compreender como os materiais didático-comunicacionais funcionam como dispositivos de formação política, subjetivação militante e resistência simbólica no campo das disputas sociais contemporâneas. Ancoradas em uma perspectiva crítica da educação e da comunicação popular, ambas as cartilhas evidenciam o compromisso do movimento com a construção de uma juventude consciente, engajada e enraizada nas lutas sociais.

A cartilha “Emerson Pacheco” se insere em um contexto de consolidação interna do movimento, adotando uma estrutura mais textual, formativa e teórica, voltada à fundamentação ideológica e organizacional da militância. Já “Agora é Nossa Vez!” expressa uma virada comunicacional, marcada por recursos gráficos, linguagem direta e convocatória, adequada ao cenário de recomposição das forças progressistas e de maior inserção do Levante no campo das disputas públicas e eleitorais. Essa mudança reflete uma adaptação estratégica às transformações no modo de engajamento da juventude e ao papel das redes sociais na mediação da ação política.

Ambas as cartilhas, apesar das diferenças formais e contextuais, convergem em seu esforço de articular linguagem, identidade e ação coletiva a partir de um projeto popular de país. Ao mobilizarem os princípios da pedagogia freiriana, da comunicação popular e da interseccionalidade, os materiais analisados contribuem não apenas para a formação política de base, mas também para a construção de sentidos contra-hegemônicos e a politização das juventudes periféricas, negras, femininas e dissidentes.

Com isso, confirma-se a relevância das cartilhas como ferramentas políticas e pedagógicas, que operam na intersecção entre educação, cultura e comunicação. Ao disputar narrativas, afetos e identidades, o Levante Popular da Juventude reafirma sua proposta de formação insurgente, demonstrando que os processos educativos não se restringem ao espaço escolar, mas se enraízam nas práticas sociais e nos territórios de luta.

Como toda investigação, esta pesquisa possui limitações. O recorte temporal e documental focado em apenas duas cartilhas produzidas pelo Levante Popular da Juventude impõe restrições quanto à generalização dos resultados para o conjunto das estratégias formativas e comunicacionais do movimento. Além disso, a análise baseou-se exclusivamente em fontes secundárias e na leitura crítica dos materiais, sem a realização de entrevistas com militantes ou observação direta das práticas educativas, o que poderia aprofundar a

compreensão sobre os impactos concretos das cartilhas nos processos de formação política juvenil.

Para investigações futuras, recomenda-se ampliar o escopo empírico por meio de abordagens metodológicas combinadas, como entrevistas com jovens participantes do Levante, grupos focais ou observações etnográficas em espaços formativos do movimento. Também seria relevante investigar a recepção das cartilhas por parte dos militantes, analisando como esses materiais são apropriados, reinterpretados e incorporados às práticas políticas concretas. Por fim, estudos comparativos com outras organizações juvenis ou movimentos populares que produzem materiais pedagógicos similares poderiam contribuir para o aprofundamento do debate sobre comunicação popular, educação crítica e disputa de hegemonia no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Agripe Faria *et al.* **Metodologia científica.** Princípios e Fundamentos, v. 3, Curitiba: Editora CRV, 2021.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A aventura sociológica de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 243-257, 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, Marcos Paulo Gomes. **Das ruas às redes:** a estratégia de comunicação do Levante Popular da Juventude nas redes sociais durante a pandemia do coronavírus. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos de Mídia). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRIENTOS-PARRA, Jorge David; LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto. A democracia participativa na Assembleia Nacional Constituinte e na Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 121, p. 421-454, 2020.
- BENEDITO, Fabiana de Oliveira; LIMA, Marcia Maria Tait. A construção política e epistêmica da comunicação popular e feminista na Marcha Mundial das Mulheres (MMM). **Revista Extrapressa**, v. 15, n. Especial, p. 507-519, 2022.
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.
- BRAUER, Karin Cláudia Nin; FREIRE, Maximina Maria. **Paulo Freire e Edgar Morin:** a complementaridade de um diálogo possível. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, p. 316-327, 2021.
- BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative.** New York: Routledge, 1997.
- CARVALHO, Fernanda Forte de; BICEV, Jonas Tomazi. CUT: Perfil dos dirigentes e resposta sindical frente à reforma trabalhista. **Sociologias**, v. 23, n. 58, p. 268-294, 2021.
- CHAVES, Rosângela. Democracia e educação, um diálogo entre John Dewey e Paulo Freire. **Ermira: cultura, ideias e redemoinhos, Colunas, Miradas.** 11 jan. 2022. Disponível em: <https://ermiracultura.com.br/2022/01/11/democracia-e-educacao-um-dialogo-entrejohn-dewey-e-paulo-freire/>. Acesso em: nov. 2025.
- COELHO, Lívia Maria. **“Caras Pintadas”: a juventude estudantil em 1992 e suas imagens em movimento.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24541>. Acesso em 18 de jun. 2025
- COELHO, Thalita Neri Cardoso. Paulo Freire, o educador da classe trabalhadora: a experiência da CUT Brasil com o Ciclo de Debates Quartas-Freireanas. **Revista Estudos do Sul Global**, v. 1, n. 2, p. 247-263, 2021.

COSTA, Benhur Pinós da; LOPES, Lazio Ronaldo Santos; BARBOSA, Naomi André Cambará. Geografia e reconhecimento social das pessoas negras na interação com o Movimento Negro Unificado (MNU). **Geograficidade**, v. 15, n. 1, p. 4-30, 2025.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. **Há 38 anos, trabalhadores davam os primeiros passos para o surgimento da CUT**. São Paulo: CUT, 2019. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/ha-38-anos-trabalhadores-davam-os-primeiros-passos-para-o-surgimento-da-cut-be95>. Acesso em: 24 jun. 2025.

DE DEUS, Dayanne Cristina Moraes *et al.* Experiência e democracia para John Dewey. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais (2238-3565)**, v. 13, n. 1, p. 55-64, 2024.

DIAS, Anna Beatriz Ramos. “**É preciso ocupar mentes e corações**”: performance como ação política juvenil através do AgitProp e da Mística no Levante Popular da Juventude/PB. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB, 2023.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e230408, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KkBXLlPzyYtPn5FHgk3kMLC/>. Acesso em: 20 de jun. 2025

FERNANDES, Marcelo Pereira. Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: Biografia e desenvolvimento de sua obra, Volume 1 (1818-1841). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 211-215, 2020.

FLORES, Daniel Flores. Política exterior y populismo: la agenda interméstica populista estudiada desde las Relaciones Internacionales. **Transregiones**, n. 5, p. 201-224, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Letícia Archanjo. A auto-investigação na práxis do Levante Popular da Juventude. **Revista Estudos do Sul Global**, v. 1, n. 2, p. 148-157, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez Editora, 2018. 114 p.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 27 jan. 2025.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil – movimentos sociais ONGs e redes solidárias**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Atlas, 2006.

- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 6^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- GOUSGOUNIS, Nikos. O desafio da antropologia como ciência humanitária na busca eterna por originalidade entre a diferença cultural e a alteridade social. **Humanidades e Tecnologia** (FINOM), v. 47, n. 1, p. 14-26, 2024.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere:** Maquiavel, notas sobre o Estado e a política v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11^a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua:** educação 2023: suplemento de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira:** 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00519957d12982f96a3101bff0234ffe.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.
- LAUER, Munir. **Dos pioneiros do MST às políticas educacionais do campo: uma narrativa a partir da ocupação da Fazenda Annoni.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.
- LAZO HERNÁNDEZ, Juan Esteban; NICADO GARCÍA, Miriam. La formación político ideológica de los estudiantes universitarios en el contexto cubano actual. **Revista Cubana de Educación Superior**, v. 42, n. 1, 2023.
- LIMA, Gabriel Amato Bruno de *et al.* “Somos um país de jovens”: a cultura das políticas da ditadura militar brasileira para a juventude. 2023. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/58005>. Acesso em 25 ago. 2025.
- LPJ. LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Agora é nossa vez:** Levante rumo ao 59º Congresso da UNE. Cartilha. [s/l], 2023. Disponível em https://levante.org.br/acervo/#flipbook-df_4253/1/.
- LUCENA, Hadassa Monteiro de Albuquerque; CARAMELO, João Carlos Pereira; SILVA, Severino Bezerra da. Educação popular e juventude: o movimento social como espaço educativo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 290-315, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/7pytLbHGx7wGnSYMsJ4JYzn/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Levante Popular da Juventude faz protestos contra torturadores em sete estados. **MAB.org.br**, 26 mar. 2012. Disponível em: <https://mab.org.br/2012/03/26/levante-popular-da-juventude-faz-protestos-contra-torturadores-em-sete-estados/>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- MACHADO, Angela dos Santos. **A formação dos mercados da reforma agrária popular pelo MST no Brasil** (2003-2023). 2024. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/6a0d366b-0ed1-4e5a-bc6e-11841d8a7060>. Acesso em 20 de jun. 2025

- MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n. 18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/JKWntC6dkPCjpRXtXfFzYzk/?format=pdf&lang=pt>.
- MARA, Eduardo; SILVA, Túlio Batista da. A segunda abolição: notas sobre raça e classe na formação social brasileira. **Cadernos Cemarx**, Campinas, v. 14, n. 0, p. 1–20, 2019.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Maria Elisa R. Capovilla. 3a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Schwarcz, 2012.
- MINÉ, Kenedy Martins; BRITO, Rogério dos Reis. A transformação social por meio das manifestações culturais e educacionais no Brasil. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 14, p. 111–125, 2020. Disponível em: <https://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/529>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- MIRZOEFF, Nicholas. **Uma introdução à cultura visual**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MORAES, Guilherme Peña de. Constitucionalismo brasileiro: passado, presente e futuro da Constituição Cidadã. **Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença**, v. 20, n. 2, p. e20222007-e20222007, 2022. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/1379>. Acesso em 20 de jun. 2025
- MORAES, Jefferson; SANTOS, Larissa. Rádios Comunitárias na WEB: A reforma agrária online na construção da cidadania na amazônia maranhense. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, v. 9, n. 1, p. 84-97, 2023.
- MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. **Revista Educar Mais**, v. 3, n. 2, p. 167-172, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/1482>. Acesso em ago. 2025.
- NUNES, Débora Aquino; SOUZA, Priscila Albuquerque de; PINHO, Bianca Caterine Piedade. Popular e movimento social: construindo a práxis militante do Levante Popular da Juventude-PARAUAPEBAS. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales** (RCCS), n. 7, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9090772>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- OLIVEIRA, Ana Amélia Penido; KALIL, Suzeley. Hugo Chávez: do quartel à presidência. **Tensões Mundiais**, v. 21, n. 46 e 47, p. 369-392, 2025.
- OLIVEIRA, Thiago Prestes de. Os conflitos da CUT com a estrutura sindical brasileira: avanços e entraves na luta dos trabalhadores brasileiros. 2020. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212849>.
- PALUDO, Conceição; SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; TADDEI, Paulo Eduardo Dias. A educação popular no Levante Popular da Juventude no Rio Grande do Sul: Renovações e permanências. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.02, p. 545–571, abr./jun.2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/27525>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PENA, Alexandra Coelho; NUNES, Maria Fernanda Rezende; KRAMER, Sonia. Formação humana, visão de mundo, diálogo e educação: a atualidade de Paulo Freire e Martin Buber. *Educação em revista*, v. 34, p. e172870, 2018.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos sociais, partidos políticos e políticas públicas: princípios e dimensões analíticas a partir do caso das relações entre movimento LGBT+ e PT. *Novos estudos CEBRAP*, v. 41, n. 3, p. 467-486, 2022.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SARTORI, Jerônimo. Educação, diálogo e prática da liberdade em Paulo Freire: revisitando a pedagogia do oprimido. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 27, n. 3, p. 644-664, 2020.

PERES, Sonia Maria Zanezi; AFONSO, Lucia Helena Rincón; PERES, Gleison Peralta. Liberdade e democracia: construção da emancipação humana em Paulo Freire. *Dialogia*, n. 42, p. e22376-e22376, 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital: entre utopias freireanas e distopias. *Media & Jornalismo*, v. 23, n. 42, p. 23-38, 2023.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. Vitória, ES: Edufes, 2024. 266 p. (Coleção Pesquisa Ufes; 58).

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. Rio de Janeiro: **Revista FAMECOS** (Online), v. 24, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24207>. Acesso em: 10 jul. 2025.

POPESCU, Ionut-Cosmin. **El zine feminista como espacio de empoderamiento:** la autoedición en comunidades de mujeres asiáticas migradas. 2020. Trabajo de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 2020. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/237028>.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. *Revista Direito e Praxis*, v. 11, n. 03, p. 1727-1755, 2020.

RAMOS, Francisca Natália da Silva. **O movimento Levante Popular da Juventude e suas conexões históricas e formativas com a educação popular:** um estudo a partir da experiência do Levante em João Pessoa. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

ROCHA, Nilton José dos Reis. **A Cidade das Palavras (In)submissas – Comunicação popular e globalização compartilhada.** 2021. Tese de Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Universidade de Coimbra, Portugal, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/96408>.

RODRIGUES, Lucas Soares. **Modos de vida e enfrentamento à pobreza de jovens através de ações do Levante Popular da Juventude.** 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/63199>.

RODRIGUES, Lucas Soares; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhaes; XIMENES, Verônica Morais. O processo de conscientização de jovens a partir do envolvimento em ações do Levante Popular da Juventude em Belo Horizonte-MG. **Revista Estudos do Sul Global**, v.1, n.2, p. 98-123, 2021. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/44>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SANTOS, Arlete Ramos dos; BARBOSA, Lia Pinheiro. Movimentos sociais do campo, práxis política e inclusão em educação: Perspectivas e avanços no Brasil contemporâneo. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, 2022. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5974>. Acesso em 20 de jun. 2025

SANTOS, Douglas Ferreira dos; DIAS, Carolina Kesser Barcellos; DA SILVA, Paulo Renato. “Collorindo” as páginas da revista Veja: As narrativas e as imagens sobre o movimento dos caras-pintadas. **Trashumante: Revista Americana de História Social**, n. 24, p. 256-257, 2024.

SANTOS, Jordana de Souza. **Movimento estudantil e o “Fora Collor”**. **Juventude.br**, [S. l.], n. 16, p. 6–13, 2021. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/177>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA, Gustavo de Castro. Edgar Morin e a escrita de vida: Complexidade e (auto) biografia. **Revista Famecos**, v. 30, n. 1, p. e42801-e42801, 2023.

SILVA, Larissa Horácio Barbosa; PEREIRA, Álvaro Itaúna Schalcher; RIBEIRO, Francisco Adelton Alves. Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, p. e026-e026, 2021. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/389>. Acesso em 24 de jun. 2025

SILVA, Marcella Rodrigues Tovar da; FÉLIX, Carla Baiense. As ondas da Comunicação Comunitária no Brasil a partir da análise da Rede Mocoronga de Comunicação Popular. **Revista de Comunicação Dialógica**, n. 5, p. 75-100, 2021.

SOARES, Wagner dos Santos. **De inimigo público a herói nacional: representações da morte de Carlos Marighella**. 2025. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2025. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2989>.

SOUZA, Maria Antônia de. Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. **Educação em Revista**, v. 36, p. e208881, 2020.

SPOSITO, Marilia Pontes; TARÁBOLA, Felipe de Souza; GINZEL, Flávia. Jovens, Participação política e engajamentos: experiências e significados. **Linhas Críticas**, v. 27, 2021.

TEIXEIRA, Gabriela Guedes. **Juventude e comunicação: a experiência do Levante Popular da Juventude**. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

VÁZQUEZ ORTIZ, Yazmín Bárbara. Neoliberalismo, sociedad civil y dominación político-ideológica en el siglo XXI. **Economía y Desarrollo**, v. 165, n. 1, 2021.

VEJA. **Anjos rebeldes:** colegiais na rua pedem a saída de Collor. São Paulo: Abril, ano 25, n. 1248, 9 set. 1992. Capa.

VIEIRA, Felipe de Paula Góis. Latino-americanos à procura de um lugar neste século: GARCÍA CANCLINI, Néstor. São Paulo: Iluminuras, 2008. 135p. **História Social**, v. 14, n. 18, p. 221-228, abr. 2011.

VOLPATO, Alana Nogueira. **Estratégias de visibilidade de movimentos sociais da juventude na sociedade midiatisada**. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista. Bauru, SP, 2022.

VOLPATO, Alana Nogueira; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; VERSUTI, Christiane Delmondes. Visibilidade como estratégia, estratégias de visibilidade: movimentos sociais contemporâneos na internet. **Revista ECO-Pós**, v. 22, n. 1, p. 352-383, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/download/63196223/VISIBILIDADE_COMO_ESTRATEGIA_E_COPOS20200504-39353-1tnffz9.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

VOLPATO, Alana Nogueira; RUIZ, Gabriel Pansardi. Comunicação popular e comunitária como alternativa à imprensa londrinense: um estudo de caso da ocupação Flores do Campo. **Revista Alterjor**, v. 22, n. 2, p. 66-83, 2020.

ZIMKOVICZ, Rafaela *et al.* **Perspectivas de comunicação popular para democratizar a cidadania cultural:** análise das práticas comunicacionais do programa nacional dos comitês de cultura. In: 34º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2025. **Anais...** Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11373> . Acesso em 11 de jul. 2025.